

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

INSTITUIÇÃO(ÕES) PARTICIPANTE(S)

Sigla/Nome	IES Principal?	Município	UF	URL	E-mail	Telefone/Fax
IDP/INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO	SIM	Brasília	DF	http://www.idp.edu.br	mestrado@idp.edu.br	(61) 31055604

IDENTIFICAÇÃO DO(S) DIRIGENTE(S)

Sigla IES	Cargo	Nome	E-mail Institucional
IDP	Coordenador(a) da Proposta	JOAO PAULO BACHUR	MESTRADO@IDP.EDU.BR
IDP	Pró-Reitor(a)	FRANCISCO SCHERTEL FERREIRA MENDES	direcao.edb@idp.edu.br

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

Contextualização Institucional e Regional da Proposta

O Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) iniciou suas atividades na pós-graduação stricto sensu em 2007, após a aprovação do Mestrado Acadêmico em Direito da Escola de Direito de Brasília pelo Ministério da Educação (Portaria Ministerial nº 73 de 17.07.2007 DOU de 19.01.2007). Nesses últimos 10 (dez) anos, o programa tituló 176 (cento e setenta e seis) mestres em direito constitucional com sólida formação acadêmica, o que se refletiu nas últimas avaliações: o programa tem obtido resultados extremamente positivos no cumprimento de importantes índices de desempenho estabelecidos pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para avaliação dos cursos de pós-graduação em Direito, o que levou recentemente à atribuição de Conceito CAPES 4 na última avaliação quadrienal (2013-2016). O programa se tornou referência regional e tem como meta tornar-se referência nacional para a pós-graduação stricto sensu em direito constitucional. Como consequência da consolidação do Mestrado Acadêmico em Direito nessa última década, formou-se em torno da EDB/IDP uma comunidade discente que tem reivindicado, reiteradamente, novas oportunidades para continuar seus estudos e pesquisas em nível de pós-graduação stricto sensu. Ao mesmo tempo, o programa conta com corpo docente experiente e com patamar de produção intelectual compatível com o aprofundamento da pesquisa em nível de doutoramento.

Todos esses resultados denotam um contexto de elevado amadurecimento acadêmico da EDB/IDP, o qual permeia a gestação orgânica da presente proposta de Doutorado Acadêmico, como forma de concretização do Plano de Desenvolvimento Institucional do IDP. A proposta tem por objetivo garantir: (i) o aprofundamento das atividades de formação, pesquisa e produção acadêmica nos patamares mais exigentes da produção de conhecimento em direito constitucional; (ii) a ampliação do raio de atuação e do impacto microrregional do Programa, visando contribuir para a diminuição das assimetrias regionais existentes no país, especialmente no nível de Doutorado e (iii) a intensificação da inserção social do Programa tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional.

I - Expansão das atividades de formação, pesquisa e produção acadêmica na Área de Concentração

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

O Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional da EDB/IDP tem como foco o desenvolvimento de pesquisas voltadas à análise crítica dos desafios contemporâneos do constitucionalismo brasileiro. A Área de Concentração “Direito Constitucional”, embora apresente uma delimitação bastante precisa de campo do conhecimento jurídico, mostra-se ao mesmo tempo aberta à exploração de distintos objetos de pesquisas a partir de abordagens multidisciplinares. Como bem observado na própria Ficha de Avaliação do Mestrado Acadêmico relativa à última avaliação Quadrienal (2013-2016), o Programa apresenta uma proposta “cujo diferencial é estimular pesquisas em Direito Constitucional e propor soluções para os desafios sociais, políticos e econômicos das democracias constitucionais contemporâneas”. A especificidade desse ramo do direito não se converte em hermetismo, mas procura, ao contrário, inserir a reflexão teórica em direito constitucional na discussão de problemas concretos.

Nesse aspecto, portanto, as linhas de pesquisa “Processo e Jurisdição Constitucional” e “Direitos e Garantias Fundamentais”, os respectivos grupos de pesquisa a elas relacionados, bem como as disciplinas que compõem a matriz curricular buscam preferencialmente estimular trabalhos que, ao invés de se voltarem à investigação hermenêutica de institutos jurídicos enquanto categorias herméticas e autorreferenciais, contemplem as dimensões sociais, políticas e econômicas afetas ao debate constitucional.

Mantendo a essência e a consistência da área de concentração e das respectivas linhas de pesquisa, o Programa de Doutorado consolidará importante passo no aprofundamento das atividades acadêmicas atualmente conduzidas na EDB/IDP. Com efeito, temos observado a produção de dissertações de mestrado capazes de conectar problemas de teoria do direito constitucional com problemas econômicos, sociais e institucionais concretos do Brasil. Esse tipo de reflexão, contudo, tem apontado para a necessidade de pesquisas de maior fôlego, capazes de oferecer não apenas uma reflexão crítica sobre essas questões, mas, sobretudo, aportes efetivamente inovadores – o que só é alcançável com pesquisas em nível de doutoramento. Com a integração de um corpo discente de doutorandos será possível expandir os projetos de pesquisa em andamento, permitindo que esses projetos contemplem temas ainda pouco explorados na seara do Direito Constitucional, com o aprofundamento teórico que se espera da formação de futuros doutores.

Para que o avanço científico nesse campo do conhecimento jurídico se afigure sólido e consistente, a presente Programa de Doutorado acadêmico tem como eixos centrais (a) o aprimoramento do quadro de corpo docentes permanentes do Programa, que passará a contar com novos docentes com grande experiência em pesquisa acadêmica; (b) a institucionalização de uma política de apoio e fomento à produção intelectual qualificada, dotada de mecanismos

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

efetivos de melhoria da qualidade da produção intelectual do corpo docente e discente e (c) a adaptação da matriz curricular, visando agregar maior densidade teórica à formação dos discentes, mestrandos e doutorandos.

Em atendimento às exigências da APCN 2017, o corpo permanente conta com 11 (onze) docentes com dedicação exclusiva e integral ao programa com jornada de pelo menos 40 horas semanais. Todos os docentes possuem experiência prévia em orientações. Embora alguns dos professores não possuam formação em nível de Doutorado na área do Direito – o que até mesmo constitui fator positivo do ponto de vista da multidisciplinariedade – há um núcleo predominante de professores com titulação na área do Direito, em especial em campos afetos ao Direito Constitucional. Não obstante, mesmo aqueles docentes com doutorado em outras áreas mantêm clara vinculação temática em suas publicações com a área de concentração do programa. O conjunto de docentes está diretamente envolvido em projetos de pesquisa na Instituição, sendo que boa parte deles já mantinha vínculos com a EDB/IDP antes da apresentação desta proposta, o que pode ser comprovado pelo funcionamento de grupos de pesquisa devidamente registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e em atividades de orientação de iniciação científica, especialização e mestrado desenvolvidas na própria Instituição.

Esse conjunto de docentes apresenta produção intelectual de altíssima qualidade e fortemente aderente à área de concentração do Programa. Nesse sentido, destaca-se que mais de 50% produção do corpo docente concentra-se em livros de obra única ou em periódicos classificados nos estratos Qualis A1, A2 e B1, conforme também exigido pelo documento para APCN.

Mesmo com a elevada qualidade da produção intelectual apresentada por esse corpo docente, a IES considera que a instalação de um Programa de Doutorado exige a criação de políticas institucionais que estimulem cada vez mais a publicação de pesquisas acadêmicas sólidas em periódicos de estrato superior Qualis (A1, A2 e B1). Com esse intuito, e tendo em vista a meta de que a produção intelectual da EDB/IDP se torne referência nacional do debate acadêmico em direito constitucional, a Coordenação do Mestrado em Direito Acadêmico em Direito da EDB/IDP instituiu em 2017 o “Programa de Apoio à Produção Intelectual”, o qual estabeleceu como meta individual de publicação dos docentes a pontuação mínima de 250 pontos por ano, para o quadriênio 2017-2020, e criou três iniciativas de fomento à publicação qualificada, de acordo com os seguintes critérios, a título de incentivo: (i) a remuneração por produção qualificada, (ii) o apoio à participação em eventos científicos e (iii) a assistência institucional à produção.

Além da remuneração premial e do apoio à participação em eventos, o Programa de Apoio à Produção Intelectual conta com política de assistência

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

institucional, no âmbito da qual a EDB/IDP compromete-se a disponibilizar para cada docente permanente até 2 (dois) assistentes de pesquisa, que são remunerados com bolsas em cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela instituição, e que têm como atribuição apoiar o docente em suas atividades de pesquisa.

Nessa mesma linha, a EDB/IDP também lançou em 2017 o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Grupos de Pesquisa e de Estudo (PAGRUP), o qual tem por objetivo incentivar a pesquisa e a produção acadêmica no âmbito de grupos de pesquisa e de estudo que são liderados por professores do corpo docente permanente. No bojo desse programa serão financiados projetos de pesquisas que envolvem altos custos. A Instituição se compromete a arcar com taxas de inscrição e demais despesas associadas à participação em eventos acadêmicos do qual membros do Grupo de Pesquisa e de Estudo pretendam participar.

Essas iniciativas denotam o claro compromisso da EDB/IDP com o incremento da produção acadêmica qualificada, bem como ilustram o esforço e o investimento para institucionalizar a pesquisa nos mais elevados padrões de qualidade fixados pela CAPES.

Além de todas essas iniciativas, a EDB/IDP também tem buscado atualizar a matriz curricular do Programa de Mestrado Acadêmico, formando as bases para a densificação teórica da formação de discentes. Nesse sentido destaca-se a inclusão da disciplina de “Seminário de Tese”, que passará a ser disciplina obrigatória e exclusiva para doutorandos. Essa disciplina será cursada após o cumprimento dos demais créditos e antes da qualificação e terá como escopo discutir, preliminarmente, o projeto de pesquisa dos doutorandos com experts no tema, e habituá-los à discussão de sua pesquisa em um ambiente de avaliação pública. Os encontros são dedicados à discussão de, no máximo, dois projetos, com um expert convidado para cada um deles. Após a discussão, os doutorandos terão prazo para reformulação do projeto, antes de passarem por nova discussão.

Considerando todos esses fatores, fica claro que a criação do programa de Doutorado Acadêmico encontra respaldo nas políticas institucionais já praticadas pela Instituição e certamente contribuirá para a concretização desses objetivos de aprimoramento amplo das atividades de formação, pesquisa e produção acadêmica da EDB/IDP.

II - Ampliação do raio de atuação e do impacto microrregional do Programa

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nesses dez anos de funcionamento do Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional, a EDB/IDP se afirmou como uma das mais importantes instituições de ensino superior no Centro-Oeste brasileiro na área jurídica, angariando não apenas discentes do Distrito Federal, mas de diversas regiões do país, com formações de origem variadas. Como bem destacado pela CAPES na Ficha de Avaliação do Quadriênio 2013-2016, “o Programa funciona, de fato, como um centro de estudos e reflexões sobre o Direito Constitucional na perspectiva contemporânea. Os egressos se inserem nas áreas de atuação de carreiras públicas do Distrito Federal e de outros Estados da Federação, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro”. Nota-se que o renome da Instituição tem ultrapassado as fronteiras regionais, indicando a vocação para que a EDB/IDP se torne referência nacional na formação em direito.

Em termos de impacto regional da EDB/IDP, ao analisar as origens do corpo discente específico de seu mestrado acadêmico em Direito Constitucional, observa-se a proveniência de diversas regiões do país. Destaca-se a região em que se insere, a centro-oeste, com 88 discentes (72 discentes do Distrito Federal, 10 de Goiás, 6 do Mato Grosso), demonstrando elevado impacto regional. Em seguida, em termos numéricos encontram-se aqueles provenientes da região nordeste com 10 discentes (5 discentes da Bahia, 1 de Ceará, 1 do Maranhão, 2 de Pernambuco e 1 do Piauí); depois da região norte com 5 discentes (3 do Pará e 2 de Rondônia); por fim, da região sudeste com 2 discente (1 de São Paulo e 1 de Minas Gerais).

A atuação do IDP torna-se ainda mais relevante diante das profundas assimetrias regionais de ensino no país. Como bem observado pela CAPES no Relatório de Avaliação Quadrienal 2017, a região centro-oeste ainda é bastante carente de programas de pós-graduação stricto sensu em Direito, contando com apenas 8 programas, sendo somente 4 deles em instituições privadas. Em especial, há que se considerar a existência de um único programa de doutorado ofertado por instituição privada em todo o centro-oeste brasileiro. Este único programa se desenvolve em torno de área de concentração relacionada ao estudo de Direito e Políticas Públicas. Em que pesem a amplitude e o mérito desse eixo temático, a ausência de um doutorado em ramo consolidado do direito (inclusive em sua interface com problemas concretos da sociedade) limita sobremaneira as oportunidades de formação de nível superior disponíveis no Centro-Oeste – região, diga-se de passagem, atualmente caracterizada por forte dinamismo social e econômico.

A carência de cursos de doutorado no centro-oeste tem como consequência uma demanda reprimida por parte de discentes que, ao concluírem o Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional no IDP, somente podem migrar para outros Estados da federação – ou se abster de dar continuidade a suas pesquisas. Além de seus próprios egressos, a IES tem sido procurada por alunos egressos de programas mestrado de outras IES, professores de institutos federais de

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

nível técnico e superior e por professores mestres de instituições públicas e privadas que aspiram a uma formação em nível de doutorado com a finalidade de prosseguir nas suas carreiras acadêmicas.

III – Intensificação do vetor de inserção social e de internacionalização do programa

Por fim, a apresentação da presente proposta também se insere num contexto de valorização do vetor de inserção social de nosso Programa de pós-graduação stricto sensu, tanto no plano nacional quanto no plano internacional.

No plano nacional, o desafio da EDB/IDP tem sido o de fazer com que as já estabelecidas parcerias de integração e cooperação com outros programas, centros de pesquisa e entidades da sociedade civil não se restrinjam à realização de eventos conjuntos pontuais, mas se traduzam também em ações cotidianas efetivas que gerem impacto prático sobre a realidade material do ensino e da pesquisa.

Com esse desiderato, a EDB/IDP tem realizado atividades de extensão que são coordenadas de forma articulada entre os diferentes níveis de formação, integrando alunos e professores de graduação, pós-graduação e mestrado, sempre com foco em identificar situações sociais conflituosas e em construir soluções em conjunto com as comunidades afetadas. Essas iniciativas partem do pressuposto de que a extensão universitária integra a tríade do ensino superior, juntamente com o ensino e a pesquisa, sendo, assim, um dos eixos de sucesso de um ensino universitário comprometido com os problemas da sociedade.

Nesse sentido, o programa de extensão solidária do IDP tem resultado em exitosas campanhas de assistência básica a comunidades carentes. Em setembro de 2017, por exemplo, a EDB/IDP realizou um grande evento de apoio à instituição filantrópica Casa da Mãe Preta do Brasil – CMPB, instituição sediada no Núcleo Bandeirante-DF que beneficia de forma direta 84 crianças. Outro exemplo de extensão universitária bem-sucedida – que inclusive rendeu elogios na última avaliação quadrienal da CAPES – consiste no programa de conciliação da EDB/IDP. Pelo terceiro ano consecutivo, o projeto reuniu alunos de graduação e do mestrado para atuarem como conciliadores voluntários na Vara do 1º Juizado Especial Cível e Criminal do Núcleo Bandeirante.

Além de atender às necessidades da comunidade, o projeto objetivou despertar nos alunos do IDP uma visão ampla de sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência de responsabilidade social. Destaca-se ainda o Curso de Extensão para a Capacitação de Pesquisadores/Pesquisadoras

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

e Extensionistas em Violência Doméstica e Familiar, evento que anualmente conta com palestras de professores e pesquisadoras do Grupo de Pesquisa “Sistema Penal e Garantias Fundamentais” sobre o tema.

Já no que concerne à internacionalização do Programa, a EDB/IDP tem ampliado nos últimos anos os convênios e parcerias firmados com instituições de ensino estrangeiras, que atualmente somam 12 (doze) acordos. Somente nos anos de 2013 a 2016, foram firmados 6 (seis) novos termos de cooperação internacional com instituições de ensino da Alemanha, Estados Unidos, Espanha e Portugal. Em 2017, a IES firmou um novo convênio com a Faculdade de Direito Atonin Scalia da George Mason University, o qual resultou na publicação de um Edital de Intercâmbio Acadêmico que tem por objetivo o preenchimento de 3 (três) vagas por parte de alunos do Mestrado Acadêmico da EDB/IDP que poderão, no ano de 2018, participar de disciplinas do programa de Masters in Law (L.L.M.) da George Mason University.

Esses convênios e parcerias têm resultado na organização de seminários, palestras, cursos de extensão, além da realização de pesquisas e produções intelectuais conjuntas. Seguindo o modelo concebido no Projeto Pedagógico do Curso de Direito e no Plano de Desenvolvimento Institucional, todas as atividades de internacionalização são concebidas e realizadas de modo a integrar alunos dos três níveis de ensino (graduação, especialização e mestrado) – e passarão a integrar, outrossim, os doutorandos, na eventualidade da presente proposta ser aprovada.

Ainda há, porém, desafios a serem superados para que os convênios internacionais se incorporem à rotina de ensino e pesquisa da EDB/IDP, em parte porque pesquisas realizadas em nível de mestrado devem ser concluídas em até 24 (vinte e quatro) meses. O cumprimento de créditos e a redação da dissertação ocupam, via de regra, todo esse prazo, dificultando uma permanência mais longa em instituições estrangeiras. Intercâmbios internacionais que permitam ao pós-graduando um semestre ou dois no exterior são mais factíveis em pesquisas um pouco mais extensas, típicas do doutorado. Nesse contexto, o Doutorado Acadêmico irá certamente contribuir para a construção de redes de pesquisa mais sólidas com instituições de ensino no exterior. Ressalta-se, a propósito, que pelo menos um terço do corpo docente permanente é constituído por professores que concluíram alguma etapa da sua formação (mestrado, doutorado ou pós-doutorado) em instituições de ensino estrangeiras. Esse dado indica a alta potencialidade de formação de redes internacionais a partir do Programa, o que se afigura absolutamente oportuno e necessário para o avanço científica do direito constitucional no país

Histórico do Curso

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Em seus dez anos de funcionamento, o Mestrado Acadêmico da EDP/IDP tem se destacado pelos seguintes pontos: I. Aprimoramento contínuo do programa acadêmico; II. Composição plural e qualificada do Corpo Docente; III. Relevância qualitativa e quantitativa da produção intelectual e IV. Ampla inserção Social.

I. Aprimoramento contínuo do programa acadêmico

Desde a sua criação, o Mestrado Acadêmico buscou continuamente desenvolver a articulação entre a área de concentração “Direito Constitucional”, as duas linhas de pesquisa “Processo e Jurisdição Constitucional” e “Direitos e Garantias Fundamentais”, os projetos de pesquisas liderados por docentes permanentes e ainda as disciplinas que compõem a estrutura curricular do programa.

Esses esforços têm se mostrado exitosos em diferentes dimensões. Conforme destacado pela Comissão de Avaliação na última avaliação quadrienal (2013-2016), as mudanças realizadas nos últimos anos, voltadas ao aprimoramento da delimitação temática e ao maior equilíbrio e simetria das linhas de pesquisa, claramente “contribuíram para a coerência e consistência da proposta”. Em especial, a renomeação da Área de Concentração – antes intitulada “Constituição e Sociedade” – contribuiu positivamente para ressaltar a identidade da proposta e o claro estímulo do programa à realização de pesquisas bem delimitadas no campo do Direito Constitucional, sem deixar de congrega a investigação científica a partir de perspectivas multidisciplinares e dos aspectos teóricos e práticos concernentes ao constitucionalismo contemporâneo.

A linha de pesquisa Processo e Jurisdição Constitucional tem por objetivo estudar e discutir os processos e procedimentos que concretizam e asseguram a estabilidade do texto constitucional. Para tanto, busca pesquisar e refletir acerca da definição dos atores envolvidos nas decisões constitucionais, através do exame de fatores da realidade e dos elementos de outros ramos do saber que condicionam a tarefa de compreender o processo de concretização da Constituição. Já a linha de pesquisa Direitos e Garantias Fundamentais tem por objetivo refletir acerca dos processos de definição e operação dos direitos fundamentais, cuidando de manter a interação dialética com a primeira, além de analisar os elementos doutrinários e jurisprudenciais assentados, em associação com os que ainda movem os debates atuais sobre fixação dos conteúdos dos direitos fundamentais, examinando as vicissitudes da sua aplicação.

A evolução dos eixos temáticos em torno dos quais se estrutura o Programa convergiu para o agrupamento dos grupos de pesquisa em torno das duas linhas de pesquisa. Esse ponto, a propósito, foi ressaltado pela CAPES na última avaliação quadrienal (2013-2016), que considerou que “os dez projetos de pesquisa

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

se distribuem simetricamente e se vinculam explicitamente às linhas de pesquisa”.

A estrutura curricular do programa é atualmente composta por 3 (três) disciplinas obrigatórias, sendo 2 (duas) obrigatórias comuns para ambas as linhas de pesquisa e 1 (uma) obrigatória específica para cada linha de pesquisa, além dos créditos relativos à dissertação. Devem ser obrigatoriamente cursadas por todos os discentes do Mestrado em Direito da EDP/IDP as disciplinas gerais de “Seminários de Pesquisa Dirigida - Dissertação – 60 h/a” e “Epistemologia e Metodologia Jurídica – 60 h/a”. Os discentes vinculados à Linha de Pesquisa “Processo e Jurisdição Constitucional” deverão cursar obrigatoriamente a disciplina “Jurisdição Constitucional – 60 h/a”, já os vinculados à Linha “Direitos e Garantias Fundamentais” deverão cumprir os créditos da disciplina “Fundamentos de Teoria Geral do Direito – 60 h/a”. Além das disciplinas obrigatórias, os discentes deverão cursar 4 (quatro) outras disciplinas, das quais 3 (três) vinculadas à linha de pesquisa referente à dissertação desenvolvida e 1 (uma) vinculada à outra linha de pesquisa. Essa estrutura curricular deverá reproduzida no doutorado, acrescentando-se ainda os créditos referentes a três disciplinas optativas em sua linha de pesquisa e a disciplina “Seminário de Tese – 60 h/a”, obrigatória para as duas linhas de pesquisa, a ser cursada após o cumprimento de todos os demais créditos. Como de praxe, os doutorandos poderão solicitar equivalência dos créditos cursados no mestrado, desde que haja compatibilidade com a estrutura curricular do programa. Nessa disciplina, os doutorandos deverão apresentar excertos da tese (o projeto ou preferencialmente, a introdução acompanhada de um capítulo) para discussão em grupo, contando com a participação de um professor convidado, expert no tema. Após uma primeira discussão, o doutorando deverá reelaborar o material e passar por nova rodada de discussão.

A obrigatoriedade de que o discente curse disciplina vinculada à outra linha de pesquisa indica a existência de coordenação entre as linhas, reveladas na sua identidade com a área de concentração. Com efeito, faz parte da concepção pedagógica que informa o Projeto Pedagógico do Curso e o Projeto de Desenvolvimento Institucional a imbricação entre jurisdição constitucional e a garantia de direitos fundamentais. De um modo geral, as disciplinas destinam-se à compreensão das instituições do Estado Democrático de Direito brasileiro, responsáveis pela tomada de decisões constitucionais, sejam os poderes da República, sejam os entes da federação, com um olhar especial sobre a função da jurisdição constitucional, tanto em seu aspecto processual quanto no que concerne ao seu papel institucional e ao seu relacionamento com as demais funções do Estado, por um lado, e nos aspectos materiais, voltados à proteção e à promoção dos direitos e garantias fundamentais.

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Listam-se abaixo as disciplinas ofertadas no calendário acadêmico de 2016, organizadas conforme suas respectivas linhas de pesquisa. Todas possuem carga horária de 60 h/a:

Linha de Pesquisa 1: Processo e Jurisdição Constitucional

Jurisdição Constitucional (Obrigatória)

Teoria da Constituição e da Jurisdição Constitucional

Constituição, Poder e Diálogos Institucionais

Federalismo Fiscal Brasileiro

Direito e Democracia em Habermas e Luhmann

Novas Perspectivas da Teoria da Constituição

Tópicos Especiais do Direito Constitucional

Direito Processual Constitucional

Constituição e Processo Civil: Princiologia do novo CPC

Linha de Pesquisa 2: Direito e Garantias Fundamentais

Teoria Geral do Direito (Obrigatória)

Ativismo Judicial e Direitos Fundamentais

Questões Contemporâneas de Efetividade dos Direitos Fundamentais

Tópicos Especiais em Criminologia(s) e Direitos Fundamentais

Direito, Internet e inovação: repercussões sobre os direitos fundamentais

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Constituição e a Proteção dos Novos Direitos

Seminário II - Teorias da Justiça

Constituição e Direito Penal

O Novo Processo Civil brasileiro no contexto da CF de 1988

Como é possível notar, a EDP/IDP vem envidando esforços para ampliar e diversificar a oferta de disciplinas optativas, ampliando o escopo das discussões acadêmicas do Programa.

II. Composição plural e qualificada do Corpo Docente

O corpo docente permanente do Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional é formado por professores experientes, qualificados e que possuem formação em áreas diversas do conhecimento, como direito, ciência política, economia e sociologia. Todos os integrantes do corpo permanente possuem qualificação em nível de doutorado, sendo que cerca de 70% (setenta por cento) deles obtiveram esse título há mais de 5 (cinco) anos. A diversificação na origem de formação, além de ser importante para o desenvolvimento de pesquisas com enfoques complementares dentro da área de concentração, também se alinha ao vetor de valorização da interdisciplinaridade, que foi destacado como uma tendência da área de Direito no Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 da CAPES.

Sob o aspecto estrutural, verifica-se que o Programa não possui dependência relevante em relação a docentes colaboradores, sendo a oferta de disciplinas e a assunção de orientações fortemente concentrada no corpo permanente. Todos os 13 (treze) integrantes do corpo docente permanente mantêm horas de dedicação ao programa em patamar adequado, sendo que 95% deles oferecem disciplinas regularmente e 90% estão vinculados a projetos de pesquisa. A distribuição dos docentes permanentes em relação a grupos de pesquisa também se encontra equilibrada, o que acaba se refletindo a produção intelectual dos docentes.

Destaca-se ainda que, nos últimos anos, o programa tem melhorado significativamente no quesito relativo à contribuição dos docentes para atividades de ensino e pesquisa na graduação. Na última avaliação quadrienal, esse ponto específico foi ressaltado pela Comissão de Avaliação como um avanço. Nesse aspecto, destacou-se que “o programa superou as críticas recebidas na trienal passada sobre a falta de vinculação entre graduação e pós-graduação”.

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ademais, os grupos de pesquisa também congregam não apenas alunos da pós-graduação stricto sensu, mas também da pós-graduação lato sensu e da graduação. O elevado grau de intervenção na graduação também pode ser constatado pela liderança, pelos docentes permanentes do Mestrado Acadêmico, de grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Os grupos de pesquisa do programa são organizados de modo a permitir a participação de alunos de todos os níveis de formação – graduação, pós-graduação lato sensu e mestrado – o que propicia intensa troca de experiências, dentro do modelo de formação continuada adotada pelo IDP.

III. Relevância qualitativa e quantitativa da produção intelectual

No último quadriênio (2013-2016), a preocupação com a produção intelectual de alto nível se tornou uma constante no Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional da EDP/IDP. Nesse sentido, diversos mecanismos de estímulo à produção docente e discente foram adotados, como o estabelecimento de metas de produtividade. Ademais, foram desenvolvidas modalidades de acompanhamento dessa produção, sempre visando o aprimoramento dos corpos docente e discente como um todo.

A conjugação de diferentes mecanismos de fomento resultou em uma melhoria evidente e progressiva do nível qualitativo e quantitativo da produção intelectual do corpo docente. No último quadriênio (2013- 2016), membros do corpo permanente publicaram mais de 50 artigos em periódicos de nível A1, A2, B1 e B2. Destaca-se que essas publicações foram veiculadas em periódicos consagrados nos respectivos campos do direito, o que evidencia o protagonismo dos docentes do corpo permanente no processo de difusão do conhecimento jurídico em nível nacional. A qualidade das dissertações e da produção de discentes da pós-graduação e da graduação na produção científica do programa também melhorou significativamente, tendo rendido à IES o conceito de “Muito Bom” na última avaliação quadrienal. Como destacado pela CAPES, “a quantidade de dissertações defendidas no período da quadrienal, em relação ao corpo docente permanente do Programa é de 6,41 produtos/docente, o que sinaliza para o critério da Área muito bom”.

Além do aprimoramento dos níveis de produção bibliográfica, também foi possível evidenciar um aumento significativo da produção técnica dos membros do corpo docente permanente no último quadriênio. Na realidade, trata-se de aumento não puramente quantitativo, mas também qualitativo. A natureza das produções técnicas lançadas evidencia que os docentes do Programa têm se engajado em atividades relevantes para a sociedade.

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

IV. Inserção Social

Por fim, merece destaque ainda a forte inserção social do Mestrado Acadêmico em Direito da EDB/IDP, a qual pode ser percebida, sobretudo, (i) na integração de seus egressos em diversas carreiras jurídicas e em programas de Doutorado, (ii) no impacto das publicações do seu corpo docente e (iii) na integração com outros programas de pós-graduação e centros de pesquisa, por meio da realização de eventos conjuntos e de outras atividades.

O Programa tem se mostrado exímio indutor do processo de formação do pensamento jurídico do Distrito Federal e das regiões vizinhas, funcionando como um espaço de excelência para a reflexão, o debate e a construção do conhecimento. No último quadriênio (2013-2016) foi possível verificar, dentre os alunos matriculados no Mestrado Acadêmico em Direito, membros de diversas carreiras públicas estaduais e federais. O Programa também vem acolhendo no seu quadro de discentes professores de Instituições de Ensino Superior localizadas em regiões com escassez de vagas em cursos de Mestrado, interessados na qualificação acadêmica. Há expressivo fluxo de alunos residentes na região Norte, Nordeste e em outros estados da região Centro-Oeste, ambas carentes em número de vagas na pós-graduação stricto sensu.

Diante de sua situação geográfica, o Programa acaba se destacando por sua forte inserção regional. Os egressos do Programa de Mestrado do IDP vêm ministrando aulas em diversas instituições de ensino brasileiras e estrangeiras, demonstrando a projeção da formação acadêmica adquirida no IDP. O Programa também está adotando medidas importantes de estímulo à continuidade dos estudos. Assim, procura-se ajudar os egressos do mestrado a seguirem adiante e cursarem o doutorado nas mais diversas instituições, seja por meio de convênios já existentes, seja por meio da celebração de novas parcerias, bem como está se preparando para incluir no corpo discente do Programa seus alunos de graduação. Assim, a integração entre os níveis de ensino revelar-se-á mais intensa e o ambiente acadêmico será enriquecido cada vez mais. Outro relevante índice da inserção social do programa refere-se ao grande impacto das publicações do seu corpo docente.

Além das iniciativas desenvolvidas no âmbito da Série IDP/Saraiva, o Mestrado Acadêmico em Direito da EDP/IDP ampliou significativamente o impacto da Revista DIREITO PÚBLICO (ISSN 1806-8200 - impresso, e ISSN 2236 – 1766 - digital), atualmente classificada no Qualis como A1. O periódico mantém-se aberto à integração com diversos programas de pós-graduação stricto sensu, priorizando a publicação de trabalhos e pesquisas de alunos e professores de

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

outras instituições de ensino, funcionando, assim, como um espaço para intercâmbio e divulgação do pensamento científico entre diversos Programas de mestrado no Brasil.

Desse modo, ciente do impacto que suas atividades representam para a comunidade que o cerca e de forma coerente com sua missão institucional, o IDP tem a convicção de que a apresentação da presente proposta de Doutorado Acadêmico revela-se compatível com o amadurecimento institucional que a Instituição conquistou nos últimos dez anos.

Cooperação e Intercâmbio

Objetivando-se contribuir para as atividades de ensino e pesquisa, a EDB/IDP realiza convênios e parcerias com empresas e instituições nacionais e internacionais. Assim, promove diversos eventos, buscando um envolvimento mais significativo com a comunidade local, regional, nacional e internacional.

Possui parcerias com universidades europeias e americanas, com as quais realiza seminários internacionais, de grande relevância para a área jurídica, proporcionando debates e discussões em importantes temas para a comunidade acadêmica. A parceria com órgãos públicos e privados também possibilita a realização de diversos eventos jurídicos contribuindo para estes propósitos.

Além disso, os convênios com instituições internacionais permitem com que se ofereça oportunidade de realização de intercâmbios educacionais para alunos e ex-alunos da EDB/IDP, em renomadas instituições de ensino no exterior. Tal fato contribui para aprofundar experiência nas áreas científica, técnica e cultural, de ensino, de investigação científica e de extensão.

Logo, tais convênios internacionais firmados possibilitam o ingresso em cursos de pós-graduação e extensão das instituições de ensino conveniadas. Dessa maneira, explicitam-se:

- Washington College of Law (WCL) - Washington, D.C., EUA

A Washington College of Law (WCL), instituição fundada em 1896 por Ellen Spencer Mussey e Emma Gillett, época em que as mulheres eram excluídas do mundo jurídico, conquistou um reconhecimento único nos Estados Unidos. Cem anos mais tarde, como centro educacional de excelência, a WCL é um

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

testemunho do ideal e da tenacidade de suas fundadoras.

•Penn State University - Pensilvânia, EUA.

Firmado com uma das mais tradicionais universidades do estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, o convênio promove o intercâmbio acadêmico e cooperação científica na área de Direito, o qual envolve a realização de iniciativas conjuntas no domínio da pesquisa, publicação de obras coletivas, realização de congressos e seminários e intercâmbio de docentes e discentes das instituições parceiras.

•Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICPJ) - Lisboa, Portugal

O objeto do convênio é a cooperação científica na área de Direito e ciências afins e envolve a realização de iniciativas conjuntas no domínio da pesquisa, publicação de obras coletivas, realização de Congressos e seminários e intercâmbio de docentes e pesquisadores visitantes das respectivas instituições.

As instituições oferecem apoio à realização de pesquisas em suas estruturas e isenção de taxas da instituição receptora, porém sem compromisso financeiro por parte das instituições conveniadas.

•Fundação Peter Häberle - Granada, Espanha

O convênio entre IDP e Fundação Peter Häberle envolve duas modalidades de bolsa. Uma delas é destinada a estudantes brasileiros que realizarão pesquisa durante o período de 10 (dez) meses no Centro de Investigação Peter Häberle da Universidade de Granada. Terão preferência para a obtenção da bolsa de estudos os estudantes admitidos no Mestrado de Direito Constitucional Europeu da Universidade de Granada.

A segunda modalidade de bolsa é destinada a de estudantes de países membros da União Europeia que realizarão pesquisa durante o período de 10 (dez) meses no IDP. Terão preferência para a obtenção das bolsas os estudantes admitidos nos programas de Pós-Graduação e Mestrado do IDP.

Há ainda a disponibilização anual de 2 (duas) bolsas de curta duração, no Centro de Investigação Peter Häberle da Universidade de Granada e 1 (uma) bolsa para pesquisador europeu que possua o título de mestre ou doutor, selecionado pela Fundação Peter Häberle para realizar atividades de pesquisa e docência nos Programas de Pós-Graduação e Mestrado do IDP.

•Fachhochschule für öffentliche Verwaltung NRW - Alemanha

O convênio acadêmico envolve o intercâmbio de estudantes da área do Direito. Cada instituição indicará até 4 (quatro) estudantes graduandos ou graduados,

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

de acordo com os critérios de elegibilidade.

O período de duração do intercâmbio é de até 16 (dezesesseis) semanas.

•University of Texas - Austin

O convênio tem como objetivo desenvolver o intercâmbio acadêmico e a cooperação no ensino e pesquisa para o avanço e disseminação de oportunidades educacionais

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Infraestrutura (Preenchimento Obrigatório)

Infraestrutura administrativa exclusiva para o programa?

NÃO

Salas para docentes?

Dados não Informados.

Salas para alunos, equipadas com computadores?

Dados não Informados.

Laboratórios para pesquisa

O IDP possui laboratório de informática, com 30 computadores de processador Pentium, 2Ghz RAM, 500GB de HD e 1 impressora, com amplo horário de funcionamento para os usuários. Além disso, também conta com laboratório específico, a saber, Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), para os alunos e para a comunidade. É destinado à prática forense, e à aplicação de métodos de solução de controvérsias (mediação e conciliação) que se convertem em prática jurídica da EDB.

Ressalta-se que todos os ambientes do IDP também possuem conexão com internet via wireless.

Biblioteca ligada à rede mundial de computadores?

Dados não Informados.

Caracterização do acervo da biblioteca

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

A biblioteca da EDB/IDP possui amplo acervo, bem como estrutura física e tecnológica (o que inclui acesso eletrônico às produções da área) que possibilitam o satisfatório atendimento dos usuários.

Em relação ao acervo, a biblioteca da EDB/IDP dispõe de cerca de 22 mil documentos: livros, obras de referência (dicionários, enciclopédias, etc.), coleções especiais, periódicos científicos, CD-ROMs e outros materiais audiovisuais – o que inclui obras em português, espanhol, inglês, francês, italiano e uma coleção especial em alemão.

Especificamente sobre o acervo de livros, encontra-se ordenado por assunto, segundo a Classificação Decimal de Melvil Dewey, e a Classificação Decimal de Direito, de Dóris Queiroz Carvalho. Além disso, a EDB/IDP adquire bibliografia básica e complementar indicada no projeto pedagógico de cada curso, bem como livros de referência e de outras áreas do conhecimento, considerando também sugestões das Coordenadorias de Curso, professores e alunos. Possui biblioteca online por meio do sistema Biblioteca Digital Dspace (com acesso remoto a produções da EDB/IDP, como dissertações, monografias de pós-graduação, além de eBooks e vídeos, e artigos da Revista Direito Público). Ao todo, existem 10.534 títulos e 19.965 exemplares, distribuídos nas áreas de: Ciências Humanas (9284 títulos e 1790 exemplares); Ciências Sociais Aplicadas (9.360 títulos e 17.683 exemplares); Linguística, Letras e Artes (141 títulos e 287 exemplares); Engenharias/Tecnologia (14 títulos e 43 exemplares); Ciências Exatas e da Terra (31 títulos e 158 exemplares); Ciências Agrárias (03 títulos e 03 exemplares); Ciências Biológicas (01 título e 01 exemplar).

Acerca dos periódicos, conta com acervo nacional e estrangeiro, bem como assinaturas de 02 bases (Heionline e CAPES), além de se viabilizar o acesso às publicações periódicas da própria Instituição. Trata-se de 177 títulos e 1.125 exemplares na área de Ciências Sociais Aplicadas. No que se refere a jornais e revistas, também possui assinatura corrente; mencionando-se, inclusive, a disponibilização de recursos multimídia e audiovisuais.

Em termos de infraestrutura, a biblioteca da EDB/IDP possui área de 209 m² dispondo de espaços que possibilitam o estudo individual e em grupo, acústica, ventilação e iluminação adequadas, e com condições de armazenagem, preservação e disponibilização que atendem os padrões exigidos. São 40 cabines para estudo individual, 18 com terminais de pesquisa e 03 salas de estudo em grupo.

Em relação a recursos eletrônicos para acesso às obras, as atividades da biblioteca, incluindo consulta e empréstimos, são gerenciadas por sistema informatizado, pela base de dados PHL – Personal Home Library, de modo compatível com padrões internacionais de intercâmbio de informações. Importante

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

também dizer que há o Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT, por meio do qual os usuários podem obter cópias de artigos de periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras. Além disso, está equipada com 18 microcomputadores, Processador Celeron, 2GHz de memória RAM e 500GB de HD e também com 01 (uma) impressora. Todos os ambientes possuem acesso à internet via wireless. Ressalta-se a previsão de novas aquisições de tais recursos e equipamentos eletrônicos previstos no cronograma de expansão de infraestrutura.

Além do mais, a EDB possui política permanente de aquisição, expansão e atualização do acervo. Adquirem-se no mínimo 03 (três) títulos da bibliografia básica para cada disciplina, sendo que o número de exemplares é calculado como 01 (um) exemplar para cada 09 (nove) vagas oferecidas anualmente, de acordo com os planos de curso de cada disciplina. Ainda poderão ser adquiridos pelo menos 5 (cinco) títulos por unidade curricular, com 02 (dois) exemplares de cada, para comporem a bibliografia complementar da disciplina.

Financiamentos

Dados não Informados.

Informações adicionais

Em termos de financiamento, a princípio, dar-se-á o financiamento do curso diretamente pelo(a) estudante ou por pagamento advindo de entidade externa à EDB/IDP (no caso, órgão, instituição ou empresa aos quais o(a) estudante se vincula). Para o caso de financiamento direto pelo(a) estudante, ocorrerá pela cobrança de mensalidade, o que é tradicionalmente adotado por esta instituição tanto no curso de graduação quanto na pós-graduação lato sensu. No que se refere à segunda forma, o pagamento feito pelo órgão ou instituição ao qual o(a) estudante se vincula poderá ser integral ou parcial. Diversos órgãos e empresas em Brasília e região possuem políticas de incentivo aos estudos de seus agentes, nas quais está incluído o financiamento de mestrado para seus servidores e/ou funcionários.

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

ÁREA(S) DE CONCENTRAÇÃO, LINHA(S) DE PESQUISA, PROJETO(S) DE PESQUISA DA PROPOSTA, DOCENTE(S)

Área(s) de Concentração	Linha(s) de Pesquisa	Projeto(s) de Pesquisa	Disciplina(s)	Docente(s) Permanente(s)	Docente(s) Colaborador(es)
1	2	19	20	13	0

Área(s) de Concentração

Nome	Descrição
Direito Constitucional	A área de concentração do programa visa fomentar a produção de pesquisas acadêmicas que consubstanciem perspectivas críticas acerca do papel das Constituições nas democracias contemporâneas. Em especial, busca-se provocar estudos que se afastem da abordagem autorreferencial principiológica que comumente marca o Direito Constitucional brasileiro. Abre-se assim a disciplina a aportes de outros campos do saber, sem perder a dimensão normativa que caracteriza a ciência jurídica. Essa orientação crítica se concretiza especialmente na interface entre Direitos Fundamentais e Jurisdição Constitucional.

Linha(s) de Pesquisa

Nome	Descrição	Áreas de Concentração Vinculadas
Direitos e garantias fundamentais	A linha de pesquisa intenta aprofundar as análises pertinentes à proteção dos direitos e garantias fundamentais. Da mesma forma que na linha de pesquisa processo e garantias de direitos, caberão análises com os variados métodos científicos aplicados ao direito, quais sejam, métodos empíricos, teóricos, analíticos, históricos, comparados, dentre outros. O intuito igualmente é fornecer o mais variado rol de nichos constitucionais que permitam investigações atinentes ao tema.	Direito Constitucional
Processo e jurisdição constitucional	Análises pertinentes ao processo e jurisdição constitucional contemporâneos. Na linha de pesquisa caberão análises com os variados métodos científicos aplicados ao direito, quais sejam, métodos empíricos, teóricos, analíticos, históricos, comparados, dentre outros. O intuito é fornecer o mais variado rol de nichos constitucionais que permitam investigações atinentes ao tema do processo e da jurisdição constitucional.	Direito Constitucional

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

CURSO DE Doutorado

Nome	Grau Acadêmico	Situação	Histórico do Curso na CAPES*
Direito Constitucional	Doutorado	Projeto	Nova Proposta de Curso

*IDENTIFICAÇÃO DE PROGRAMA(S) EXISTENTES(S) A QUE O CURSO ESTÁ VINCULADO

Código	Nota	Nome do Programa	Grau Acadêmico	Situação	Início do Funcionamento
53019016001M9	4	CONSTITUIÇÃO E SOCIEDADE	Mestrado	Em Funcionamento	01/01/2007
53019016001D0	4	DIREITO CONSTITUCIONAL	Doutorado	Em Projeto	-

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE DOUTORADO - Direito Constitucional

Créditos Disciplinas	Créditos Tese/Disseração	Créditos Outros	Vagas por Seleção	Equivalência hora/aula
600	180	0	15	1

Objetivo do curso/perfil do egresso a ser formado

O doutorado em direito constitucional foi planejado para atender à demanda por constitucionalistas aptos a contribuir para a reflexão de mais alto nível em direito constitucional, aportando criticamente novos conhecimentos ao estado da arte da disciplina e que estejam aptos à docência e a continuidade da pesquisa acadêmica em direito constitucional.

O direito constitucional é disciplina estruturante do direito público e palco de discussões e debates teóricos sofisticados, tais como as recentes discussões sobre “diálogos institucionais”, ou ainda sobre a legitimidade e os limites jurisdição constitucional, os direitos sociais e a constitucionalidade de discursos extremistas, como por exemplo o discurso do ódio. A Constituição, por estruturar a dinâmica de concretização de direitos, é objeto de frequentes emendas e, com isso, tem-se uma miríade de discussões teóricas. O egresso do programa de doutorado do IDP deverá estar apto a confrontar, criticamente, o estado da arte nessas discussões, contribuindo com a produção do conhecimento.

Mas o direito constitucional tem sido objeto de interesse também por parte de pesquisadores de outras áreas do conhecimento jurídico, como por exemplo o direito privado. A constitucionalização do direito privado é hoje um fenômeno inquestionável, tanto quanto as discussões processuais relativas às ações constitucionais. Da mesma forma, o direito penal vem observando parte de suas garantias canônicas serem postas em xeque com o avanço do chamado “direito administrativo sancionador”, em que garantias individuais são reinterpretadas sob um novo paradigma. Por fim, pesquisadores de outras disciplinas, tais como a sociologia ou a ciência política, têm se interessado pelo direito. Fenômenos de judicialização de políticas públicas ou do comportamento de cortes constitucionais têm sido objeto frequente do debate nas ciências sociais.

Com efeito, há um público potencial para o doutorado em direito constitucional que extrapola a técnica dogmática dos operadores profissionais do direito. É claro que eles também devem ser considerados. Em Brasília, há uma demanda constante por formação acadêmica em direito público e, em especial, em direito

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

constitucional, à luz das mencionadas discussões teóricas mais recentes.

O IDP tem sido procurado hoje por docentes de outras instituições, inclusive federais, que buscam concluir sua formação em uma instituição de alto nível. O doutorado visa atender essa demanda, qualificando-a mediante a formação de um extrato seletivo de pesquisadores de ponta que contribuirão para o avanço da discussão da disciplina.

Descrição sintética do esquema de oferta de curso

A estrutura curricular do programa é atualmente composta por 3 (três) disciplinas obrigatórias, sendo 2 (duas) obrigatórias comuns para ambas as linhas de pesquisa e 1 (uma) obrigatória específica para cada linha de pesquisa, além dos créditos relativos à dissertação. Devem ser obrigatoriamente cursadas por todos os discentes do Mestrado em Direito da EDP/IDP as disciplinas gerais de “Seminários de Pesquisa Dirigida - Dissertação – 60 h/a” e “Epistemologia e Metodologia Jurídica – 60 h/a”. Os discentes vinculados à Linha de Pesquisa “Processo e Jurisdição Constitucional” deverão cursar obrigatoriamente a disciplina “Jurisdição Constitucional – 60 h/a”, já os vinculados à Linha “Direitos e Garantias Fundamentais” deverão cumprir os créditos da disciplina “Fundamentos de Teoria Geral do Direito – 60 h/a”. Além das disciplinas obrigatórias, os discentes deverão cursar 4 (quatro) outras disciplinas, das quais 3 (três) vinculadas à linha de pesquisa referente à dissertação desenvolvida e 1 (uma) vinculada à outra linha de pesquisa. Essa estrutura curricular deverá reproduzida no doutorado, acrescentando-se ainda os créditos referentes a três disciplinas optativas em sua linha de pesquisa e a disciplina “Seminário de Tese – 60 h/a”, obrigatória para as duas linhas de pesquisa, a ser cursada após o cumprimento de todos os demais créditos. Nessa disciplina, os doutorandos deverão apresentar excertos da tese (o projeto ou preferencialmente, a introdução acompanhada de um capítulo) para discussão em grupo, contando com a participação de um professor convidado, expert no tema. Após uma primeira discussão, o doutorando deverá reelaborar o material e passar por nova rodada de discussão.

Área(s) de Concentração do Curso

Direito Constitucional

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Disciplina(s) do Curso

Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Seminário de Tese	Doutorado	SIM	60	60	Direito Constitucional	JOAO PAULO BACHUR, JULIA MAURMANN XIMENES
Ementa				Bibliografia		
<p>O objetivo desta disciplina é aprimorar os projetos de teses dos doutorandos. A disciplina é exclusiva para doutorandos e deve ser cursada após concluídos todos os demais créditos. Nesta disciplina, doutorandos discutirão, criticamente, projetos ou capítulos das teses em andamento, com vistas a seu aprimoramento. O seminário está estruturado em duas rodadas de discussão, com aproximadamente dois meses de intervalo entre elas. Cada rodada de discussão discutirá um ou dois textos elaborados pelos doutorandos e contará com um expert no tema, indicado pelo aluno. Após a primeira rodada de discussão, os doutorandos deverão aprimorar o texto e submeter a nova rodada de discussão colegiada, com a participação do expert. Com isso, os doutorandos deverão adquirir o hábito de receber críticas voltadas ao aprimoramento de seus trabalhos e de ler criticamente trabalhos acadêmicos.</p>				<p>LARENZ, Karl, Metodologia da Ciência do Direito, 2a ed., trad. José de Souza e Brito e José Antônio Veloso, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. Também: Metodologia da Ciência do Direito, 6a ed. (reformulada), trad. José Lamego, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.</p> <p>PIEROTH, Bodo & SCHLINK, Bernhard, Direitos fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Tópicos Especiais em Criminologia	Doutorado	NÃO	60	60		CAROLINA COSTA FERREIRA
Ementa				Bibliografia		
<p>Unidade 1: O Pensamento Criminológico no Século XIX; Unidade 2: O Positivismo e a Criminologia Científica; Unidade 3: Os Estados Unidos e a Escola de Chicago; Unidade 4: As Teorias da Reação Social e o Pensamento Crítico; Unidade 5: Criminologia e Direito Penal; Unidade 6: Criminologia Cultural; Unidade 7: Criminologia Feminista; Unidade 8: Criminologia Queer.</p> <p>Objetivo geral: Proporcionar uma visão ampla e crítica sobre diferentes formas de compreender o crime, o/a criminoso/as e a criminalidade desde diferentes paradigmas etiológico e perspectivas criminológicas.</p> <p>Objetivos específicos: Problematizar as temáticas em estudo incentivando a análise crítica e discussão sobre o processo de criminalização no Brasil; Incentivar a pesquisa científica mediante o oferecimento do instrumental criminológico.</p> <p>O curso será desenvolvido através de metodologias que estimulem a participação e o diálogo, relacionando a teoria à prática, dando ênfase à reflexão crítica em aulas expositivas, leituras e análises de textos, exercícios de fixação e revisão individuais e ou em grupo.</p>				<p>ALBRECHT, Peter-Alexis. Criminologia: uma fundamentação para o Direito Penal. Rio de Janeiro: Lumen, 2010.</p> <p>ANITUA, Gabriel I. História dos Pensamentos Criminológicos. Rio de Janeiro: Revan, 2008.</p> <p>CARVALHO, Salo. Criminologia Cultural e Pós-Modernidade: aportes iniciais e perspectivas desde a margem. Antimanual de Criminologia. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia Feminista: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Tópicos Especiais do Direito Constitucional	Doutorado	NÃO	60	60		PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Ementa				Bibliografia		
<p>Direito Constitucional. Jurisdição Constitucional. Sistemas Políticos Comparados. Mutações Constitucionais.</p> <p>A disciplina tem como objetivo tratar de alguns dos tópicos relevantes em Direito Constitucional na atualidade, dentre eles os sistemas políticos e a mutação constitucional.</p> <p>Seminários com temas pré-definidos ao encargo de um ou dois mestrandos. Após cada seminário, haverá debate conduzido pelo docente responsável pela disciplina. Há, ainda, para cada aula, leituras básicas (textos de apoio) – comuns e obrigatórias – a todos os alunos.</p>				<p>ANA CÂNDIDA FERRAZ “Processos Informais de Mudança da constituição: Mutações Constitucionais e Mutações inconstitucionais”-S. Paulo-1986.</p> <p>ANA SÁNCHEZ URRUTIA “Mutación constitucional y fuerza Normativa de la Constitución”-Revista Española de Derecho Constitucional”-Ano 20-2000.</p> <p>AAVV “Mutações Constitucionais”-AAVV- Org. Gilmar Mendes-Carlos Blanco de Moraes-Saraiva-2016 (No prelo).</p> <p>Carlos Blanco de Moraes “Curso de Direito Constitucional”-Coimbra- Coimbra Editora-2014.</p> <p>CARLOS BLANCO DE MORAIS “As Mertamorfoses do Semipresidencialismo português”-“Revista jurídica-2000- 2-1998 DOWNLOAD: https://docs.google.com/fileview?id=0B1zv7sFiSywaYWJiNzZjNzUtZDU2OC00NWEyLTkyMGQtZDliNDJkMDU5YWl5&hl=en.</p> <p>KONRAD HESSE “Limites da Mutação Constitucional” in “Temas Fundamentais de Direito Constitucional”-Orga Gilmar Mendes Saraiva-S. Paulo-2009.</p> <p>GIOVANNI SARTORI “Engenharia Constitucional: como mudam as constituições”-Brasília-UNB-1996.</p> <p>SÉRGIO FERREIRA VITOR “Presidencialismo de Coalizão”-S. Paulo-Saraiva- 2015.</p> <p>JUAN FERRANDO BADIA “Regimenes Politicos Actuales”-Aaavv- Madid-Tecnos- 1995.</p> <p>AAVV “Semipresidencialismi”- Oerg-Pegforaro- Rinella-Padova- Cesdam-1997.</p> <p>ADRIANO SANT’ANA PEDRA, Mutação Constitucional: interpretação evolutiva da Constituição na democracia constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.</p> <p>ALBERTO LUCARELLI “Teorie del Presidenzialismo”-Padova- Cedam-2000.</p> <p>CARLOS HENRIQUE RAMOS “Mutação Constitucional”-Juruá- Curitiba-2013.</p> <p>FERNANDO FARELO LOPES-ANDRÉ FREIRE “Partidos Polítricos e sistemas eleitorais”-Cellta edit-Oeiras- 2002.</p> <p>GIANLUCA PASSARELLI “Monarchi Eletive: dinamiche presidenziale in Francia e Portogalo”-RDC-Bolonia University Press-2012.</p> <p>JORGE REIS NOVAIS “Semipresidencialismo”-I- Almedina-2007.</p> <p>HSÜ DAO LIN “Mutación Constitucional”-IVAP- Oñati-1998.</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
				M. DUVERGER "Exchec au Roi"-Paris- 1978. TIAGO SACHETTO Revista eletrônica e-publica" As mutações Constitucionais no Contexto Brasileiro de Crise da Representação Democrática"-nº 4-2015 http://e-publica.pt/pdf/artigos/mutacoes-constitucionais.pdf		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Teorias da Justiça	Doutorado	NÃO	60	60		JOAO PAULO BACHUR
Ementa				Bibliografia		
<p>Conceitos e teorias da justiça: justiça, justo e jurídico. O direito da sociedade: a justiça como fórmula de contingência no âmbito sistêmico do direito. Justiça e democracia: a sociedade democrática e seus três eixos axiológicos: 1) equidade, 2) bem-estar e 3) reconhecimento. Justiça e racionalização social. Justiça e alteridade. Objetivo Geral: Identificar e compreender os elementos teóricos fundamentais que orientam as diferentes acepções teóricas a respeito da justiça e suas interrelações com o direito.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Assimilar os principais aspectos propedêuticos a respeito da justiça: definições, âmbitos teórico e filosófico e desdobramentos nas teorias e na praxis jurídica. 2. Examinar a perspectiva da justiça como fórmula de contingência no âmbito sistêmico do direito. 3. Avaliar as vertentes doutrinárias a respeito da justiça como equidade, bem-estar e reconhecimento, 4. Compreender os argumentos de sustentação do tema da justiça no âmbito da racionalização social. 				<p>ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Brasília: EdUNB, 1985, livro V. COMTE-SPONVILLE, André. Pequeno tratado das grandes virtudes. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes: 2010, cap. 6. HELLER, Agnes. Além da Justiça. Trad. Savannah Hartmann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 13-59. KANT, Emmanuel. Metafísica dos Costumes. Trad. Edson Bidi. Bauru: EDIPRO, 2003, p. 217-256 (Primeiros Princípios da doutrina da Virtude). KANT, Emmanuel. Metafísica dos Costumes. Trad. Edson Bidi. Bauru: EDIPRO, 2003, p. 291-318 (Dos deveres de virtude com os outros). KELSEN, Hans. O Problema da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1998. KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 5-20. KELSEN, Hans. A Ilusão da Justiça. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Martins Fontes, p. 273-325. KELSEN, Hans. A Justiça e o Direito Natural. Trad. João Baptista Machado. Coimbra: Almedina, 2001, p. 41-98. PERELMAN, Chaïm. Ética e Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 3-33. PLATÃO. A República. São Paulo: Perspectiva, 2006, livro I. BERLIN, Isaiah. Dos conceptos de libertad y otros escritos. Madrid: Alianza Editorial, 2010, p. 43-114. HABERMAS, Jürgen; RAWLS, John. Debate sobre el liberalismo político. Barcelona: Paidós, p. 128-143. HAYEK, Friedrich A. The Constitution of Liberty. University of Chicago Press, Chicago, 1960, cap. 6 e 7. LOIS, Cecília Caballero. Da União Social à Comunidade Liberal: o Liberalismo Político de John Rawls e o Republicanismo Cívico Liberal de Ronald Dworkin. In: LOIS, Cecília Caballero (org.). Justiça e Democracia – entre o Universalismo e o Comunitarismo. São Paulo: Landy, 2005, p. 23-49. NINO, Carlos Santiago. El construtivismo ético. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, p. 93-110.</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
				<p>RAWLS, John. Justiça como Equidade: Uma Reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003, parte 1 (1 a 11) e parte 3 (23 a 25).</p> <p>RAWLS, John. Justiça como Equidade: Uma Reformulação. São Paulo, Martins Fontes: 2003, parte 2 (12-18) e parte 3 (30 e 33).</p> <p>RAWLS, John. Liberalismo Político. Editora Ática, São Paulo, 2000, caps. IV (1-7) e VI (1-6).</p> <p>RAWLS, John. Sobre las libertades. Barcelona: Paidós, 1996, p. 9-25.</p> <p>RAWLS, John. Justiça e Democracia. Trad. Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 201-241.</p> <p>RORTY, Richard. Pragmatismo e política. São Paulo: Martins, 2005, p. 101-122.</p> <p>VLASTOS, Gregory. Justice and equality. In: WALDRON, Jeremy (Ed.). Theories of rights. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 41-76.</p> <p>DWORKIN, Ronald. A Virtude Soberana. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2005, cap.1.</p> <p>DWORKIN, Ronald. A Virtude Soberana. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2005, cap.2.</p> <p>FERRAZ, Octávio Luiz Motta. Justiça distributiva para formigas e cigarras. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2007, nº 77, p. 243-253.</p> <p>FRASER, Nancy. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista". In: SOUZA, J. (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Editora UNB, Brasília, 2001.</p> <p>FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 7-20.</p> <p>FRASER, Nancy. Nancy Fraser: Social Justice in the Knowledge Society: Redistribution, Recognition, and Participation. (Art.)</p> <p>HAYEK, Friedrich A. Direito, Legislação e Liberdade. São Paulo: Visão, 1985, p. 1-34.</p> <p>Derecho, Legislación y Libertad. Madrid: Unión, 2006, p. 261-302.</p> <p>HONNETH, Axel. "Redistribution as Recognition" In: FRASER, Nancy e HONNETH, Axel (eds.). Redistribution or Recognition?. Verso, London, 2003, p. 160-189.</p> <p>HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 155-226.</p> <p>SEN, Amartya. The Idea of Justice. Cambridge: Harvard University Press, 2011, p. 225-320.</p> <p>ADORNO, Theodor. Dialética Negativa. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 299-337.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Teoria da Constituição e da	Doutorado	NÃO	60	60		GILMAR FERREIRA MENDES

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Jurisdição Constitucional						
Ementa				Bibliografia		
<p>O constitucionalismo como fenômeno histórico, político, social e econômico. Transformações das estruturas jurídicas e políticas dos Estados na transição dos regimes absolutistas para os regimes constitucionais. Os grandes sistemas constitucionais: Inglaterra, Estados Unidos e França. Modelo inglês: a tradição do governo misto e do Common Law; a Constituição inglesa; o papel dos juizes na formação do Common Law. Modelo norte-americano: influência da tradição inglesa; aproximações e rupturas com o modelo inglês e concepção de um novo desenho constitucional; formação do judicial review. Modelo francês: a força transformadora da Revolução; um novo modelo de Estado; papel da sociedade na formação constitucional. Constitucionalismo no Século XIX: avanços e retrocessos; conservadorismo, liberalismo, socialismo; novas experiências constitucionais. Kelsen e o Tribunal Constitucional.</p> <p>Objetivo geral: Refletir acerca dos fundamentos históricos e teóricos que dão forma ao constitucionalismo contemporâneo a fim de viabilizar uma melhor compreensão da realidade vivida pelos sistemas constitucionais contemporâneos.</p> <p>Objetivos específicos: Compreender o contexto histórico, social, político e econômico que deu origem às constituições e ao constitucionalismo; Analisar as causas de adoção ou rejeição de sistemas de controle judicial de constitucionalidade e seus diferentes modelos; Discutir o papel das elites e das massas populares no processo de redesenho institucional promovido pelas grandes revoluções e nas experiências que se seguiram durante a consolidação do constitucionalismo; Analisar o modelo de corte constitucional proposto por Kelsen e os impactos de sua incorporação ao sistema constitucional europeu.</p>				<p>BOYER, Allen Dillard. Understanding, Authority and Will. Sir Edward Coke and the elizabethan origins of judicial review. Boston College Law Review. Vol. 39, n. 1, 1998.</p> <p>CRYE, Jason S. Ancient Constitutionalism: Sir Edward Coke's contribution to the anglo-american legal tradition. The Journal Jurisprudence. n. 235, 2009.</p> <p>DIPPEL, Horst. El concepto de constitución en los orígenes del constitucionalismo norteamericano (1774-1776). Fundamentos. n.o 6, 2010. p. 25-83.</p> <p>HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. O Federalista. Belo Horizonte: Líder, 2003.</p> <p>KELSEN, Hans. A Garantia Jurisdicional da Constituição. in Jurisdição Constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p> <p>PICHOT, Philippe. Penser le contrôle a priori (1789-1870). Cahiers du Conseil Constitutionnel. n° 28 (Dossier: L'histoire du contrôle de constitutionnalité). juillet 2010.</p> <p>PISARELLO, Gerardo. Un Largo Termidor. La ofensiva del constitucionalismo antidemocrático. Madrid: Trotta, 2011.</p> <p>PLUCKNETT, Theodore F. T. A Concise History of the Common Law. Indianapolis: Liberty Fund, 2010.</p> <p>SANCHES, José Acosta. Formación de la Constitución y Jurisdicción Constitucional. Madrid: Tecnos, 1998.</p> <p>TOCQUEVILLE, Alexis de. O Antigo Regime e a Revolução. in WEFFORT, Francisco (org.). Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.</p> <p>VALDÉS, Roberto L. Blanco. Francia, o la constitución hecha ley. Fundamentos. n.o 6, 2010. p. 85-122.</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Questões Contemporâneas de Efetividade dos Direitos Fundamentais	Doutorado	NÃO	60	60		ROBERTO FREITAS FILHO
Ementa				Bibliografia		
<p>Estudo das condições de efetividade dos direitos fundamentais na perspectiva multidisciplinar da Teoria Geral, da Filosofia e da Sociologia do Direito. Grandes questões contemporâneas como objeto de análise. Poder, legitimidade e legalidade. Funcionamento das instituições democráticas. Esfera pública.</p> <p>Objetivo geral: Analisar as condições e os limites de efetividade dos direitos fundamentais, relativamente aos temas e questões colocados ao debate na esfera pública.</p> <p>Objetivos específicos: Investigar casos jurídicos difíceis específicos, que se sucedem no âmbito da esfera pública como ensejadores de reflexão teórica e política, sob a perspectiva de marcos teóricos da Teoria, da Filosofia e da Sociologia Jurídicas. Refletir a partir de casos nos quais há aplicação dos princípios e regras de direitos fundamentais, à luz de temas jurídicos fundamentais.</p> <p>Utilizar-se-á as seguintes estratégias metodológicas: seminários, leituras dirigidas, discussões em grupos, momentos expositivos de aula, preparação de síntese dos textos e documentos indicados para leitura.</p> <p>Estudar-se-á com base em casos, os quais podem ser alterados e comunicados previamente, na hipótese de haver algum fato relevante ocorrendo contemporaneamente ao momento em que os estudos temáticos são realizados.</p>				<p>DWORKIN, Ronald. Justiça para ouriços. Lisboa: Almedina Brasil, 2012. (Também em edição em língua inglesa: Justice for hedhehogs. Cambridge: Harvard University Press, 2011)</p> <p>NINO, Carlos Santiago. Introdução à análise do Direito. São Paulo: editora Martins Fontes, 2010.</p> <p>SANDEL, Michael. O que o dinheiro não compra – os limites morais do mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>SARLET, Ingo Wolfgang & TIMM, Luciano Benetti (orgs). Direitos fundamentais: orçamento e “reserva do possível”. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.</p> <p>ATIENZA, Manuel. As razões do Direito. São Paulo: Landy, 2003.</p> <p>ATIENZA, Manuel. Las caricaturas de Mahoma y la libertad de expresión. (disponível em [http://e-spacio.uned.es:8080/fedora/get/bibliuned:filopoli-2007-30-0003/PDF])</p> <p>FREITAS FILHO, Roberto. Intervenção judicial nos contratos e aplicação dos princípios e das cláusulas gerais. Porto Alegre: SaFe Editora, 2009.</p> <p>FREITAS FILHO, Roberto. Crise do Direito e juspositivismo – a exaustão de um paradigma. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.</p> <p>LOPES, José Reinaldo de Lima. Direitos sociais – teoria e prática. São Paulo: Método, 2006.</p> <p>SEN, Amartya. Sobre ética e economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.</p> <p>TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. São Paulo: Loyola, 2000.</p> <p>WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 1999 (2 volumes)</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
O Novo Processo Civil brasileiro no contexto da Constituição Federal de 1988.	Doutorado	NÃO	60	60		OSMAR MENDES PAIXAO CORTES
Ementa				Bibliografia		
Constituição e processo. O direito constitucional de ação e o abuso do direito de agir. O direito				Antonio do Passo Cabral. Convenções processuais. Salvador: JusPodivm, 2016.		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
<p>de defesa, os meios de prova e o contraditório. Meios consensuais de solução de conflitos. O dever de fundamentação das decisões judiciais. A flexibilização do procedimento como instrumento de celeridade e da efetividade do processo. Negócios processuais e a mitigação do controle jurisdicional. Microsistema dos casos repetitivos. A execução efetiva e a dignidade da pessoa humana.</p> <p>Os objetivos gerais do Programa de Mestrado consistem, fundamentalmente, em preparar o Mestrando para a carreira docente e capacitá-lo como pesquisador. Para tanto, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo dos trabalhos desenvolvidos nas diferentes disciplinas, lançar-se-á à difusão de ideias, como fruto das reflexões realizadas no curso do Programa.</p> <p>Nesta disciplina, o Mestrando trabalhará alguns dos principais institutos presentes no Código de Processo Civil de 2015, novos ou fruto de revisitação de institutos já consagrados no sistema processual anterior. E o fará à luz da Constituição Federal de 1988, visando a certificar (ou não) a necessária compatibilidade entre tais institutos e a ordem constitucional vigente. Tudo isso sob o denso pano de fundo da instrumentalidade do sistema processual diante da ordem jurídica material, levando em conta, também, os fins políticos, econômicos e sociais da atividade jurisdicional desenvolvida no processo.</p> <p>Não se vai ao Mestrado para "rever" conhecimentos (no sentido de revisá-los) ou adquiri-los, como se se tratasse do contato inicial com o conjunto de temas que compõem o programa da disciplina. O prévio conhecimento do conteúdo da disciplina é presumido. A proposta, então, é de aprofundamento dos conhecimentos, mediante estudos e debates. Todos os temas serão tratados sob seu enfoque teórico, somados à necessária perspectiva pragmática das questões estudadas, com base na análise crítica da lei e da doutrina brasileiras e da jurisprudência, notadamente do STJ e do STF.</p>				<p>Araken de Assis. Manual da execução. 18. ed. São Paulo: RT, 2016. Daniel Mitidiero. Cortes Superiores e Cortes Supremas. São Paulo: RT, 2013. Fernanda Tartuce. Mediação nos conflitos civis. São Paulo: Método, 2016. Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de Direito Constitucional. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Humberto Theodoro Junior. Curso de Direito Processual Civil. 56. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, v. I; 47. ed., 2016, v. III. _____, Dierle Nunes, Alexandre Melo Franco Bahia e Flávio Quinaus Pedron. Novo CPC: fundamentos e sistematização. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015. Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero. Novo Curso de Processo Civil. 2. ed. São Paulo: RT, 2016, v. I. Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini. Curso Avançado de Processo Civil. 16 ed. São Paulo: RT, 2016, v. I e II. Nelson Nery Junior. Princípios do processo na Constituição Federal. 12. ed. São Paulo: RT, 2016.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Novas Perspectivas da Teoria da Constituição	Doutorado	NÃO	60	60		ILTON NORBERTO ROBL FILHO
Ementa				Bibliografia		
<p>Direito Constitucional. Teoria da Constituição. Constitucionalismo. Teoria do Estado. História do Direito Constitucional. Poder Constituinte. Soberania. Transformação do Estado. Erosão da Estatalidade. Globalização. Sociedade Global. Direito Global. Direito Transnacional. Teoria do Direito.</p> <p>Como marca distintiva do estudo da teoria da Constituição contata-se, nas últimas décadas no Brasil, a recorrente justificação de um dirigismo constitucional voltado para a eficácia social da Constituição. Isso se deve não somente pelo caráter de ruptura da Constituição de 1988 com o</p>				<p>Christoph Engel, Wolfgang Schön, Das Proprium der Rechtswissenschaft, Mohr Siebeck, Tübingen 2007. Chris Thornhill, A Sociology of Constituent Power: The Political Code of Transnational Societal Constitutions Christoph Tohrnhill, A Sociology of Transnational Constitutions: Social Foundations of the Post-National Legal Structure, Cambridge University Press, Cambridge 2016.</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
<p>regime militar no contexto da redemocratização e seu extenso catálogo de direitos e garantias fundamentais. Para compreender tal desenvolvimento, outro importante aspecto constitucional – que exerce forte influência na prática constitucional (e ainda pouco refletido) – deve ser levado em consideração: o plano semântico, ou seja, a articulação, a recepção e a utilização de conceitos e métodos constitucionais. Resumidamente, pode-se constatar que, em seu plano semântico, o cenário acadêmico-constitucional pós-Constituição de 1988 é marcado pela (1) difusão da ideia de força normativa de Konrad Hesse, (2) influência de J. J. Canotilho com seus escritos sobre Constituição dirigente e métodos interpretativos, (3) adaptação da classificação de normas de Vezio Crisafulli por Jose Afonso da Silva, e, finalmente, (4) interpretação por Robert Alexy (mandado de otimização e pretensão de correção) da prática da ponderação do Tribunal Constitucional Alemão (Bundesverfassungsgericht), já consolidada nesse tribunal desde o pós-guerra. Esse plano semântico do constitucionalismo, que encontra hoje sua hipóstase no conceito brasileiro de neoconstitucionalismo, ou constitucionalismo da efetividade (Daniel Sarmento), obscureceu um desenvolvimento semântico (e também estrutural) ofuscado por esse “senso comum teórico” (Warat). Desde a década de 70, vem sendo discutido – no âmbito da teoria da Constituição e da teoria do Direito – o desenvolvimento de Constituições parciais dentro do estado nacional, como, por exemplo, nos casos do direito de mídia (Rundfunkrecht), direito econômico, constituição corporativa (Unternehmensverfassung), proteção de dados, direito do sistema de saúde, etc. Nesse, não se trata de um conceito de constitucionalização como elevação de princípios e aplicação desses, mas de constitucionalização como um processo social, no qual direito se relaciona diretamente com a complexidade social de um determinado campo social. A característica desses âmbitos é a de formação de uma complexa rede de comunicações, tornando extremamente difícil para o constitucionalista proferir opiniões e decisões de forma soberana e consistente em determinadas áreas técnicas. Dentro do direito administrativo, por exemplo, há um crescente afastamento, por um lado, de um “direito administrativo dos atos administrativos” (Otto Mayer) e, por outro lado, de um direito administrativo ponderativo. A chamada “Nova Ciência do Direito Administrativo” (Neue Verwaltungswissenschaft) inaugurada, entre outros, por Hoffmann-Riem e Schmidt-Alßmann, procura voltar os olhos para um direito administrativo que dialogue</p>	<p>David Dyzenhaus, Thomas Poole (Org.) Law, Liberty and State. Oakeshott, Hayek and Schmitt on the Rule of Law, Cambridge University Press: Cambridge 2015. Dieter Grimm, Die Zukunft der Verfassung Editora Suhrkamp: Frankfurt am Main 1994. Dieter Grimm, Die Zukunft der Verfassung II. Auswirkung von Europäisierung und Globalisierung. Editora Suhrkamp: Frankfurt am Main 2012. Dieter Grimm, Die Zukunft der Verfassung, em: Ulrich Preuss (Org.) Zum Begriff der Verfassung. Die Ordnung des Politischen, Editora Fischer: Frankfurt am Main 1994. p. 277-303. Gilberto Bercovici. Soberania e Constituição: Para um Crítica do Constitucionalismo, Quartier Latin: Sao Paulo 2008. Gunther Teubner, Fragmentos Constitucionais: Constitucionalismo Social na Globalização, Saraiva/IDP, Sao Paulo 2016 (no prelo). Gunther Teubner, Fragmented Foundations: Societal Constitutionalism Beyond the Nation State, em: Petra Dobner, Martin Loughlin (Org.) The Twilight of Constitutionalism? Oxford University Press: Oxford 2010, p. 327-341. Gunther Teubner, A Matrix Anônima. Violação de Direitos Humanos por Atores „Privados“ transnacionais. em: Ricardo Campos (Org.) Crítica da Ponderação. Método Constitucional entre a Dogmática Jurídica e a Teoria Social, Saraiva: São Paulo 2015. p. 271-312. Gunther Teubner, Pluralismo Constitucional Transnacional: Nove Variações sobre o tema de David Sciulli Ricardo Campos, Samuel Barbosa, Pedro Fortes (org.) Direito e Incerteza normativa. Editora FGV-Rio: Rio de Janeiro 2016 (no prelo) Gunther Teubner, Andreas Fischer-Lescano, Colisões de regimes: a busca vã por unidade jurídica na fragmentação do direito global. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais 6, 2012, p. 105-155. Gunther Teubner, Societal Constitutionalism: Alternatives to State-centred Constitutional Theory em: Christian Joerges, Inger-Johanne Sand, Gunther Teubner (Org.) Constitutionalism and Transnational Governance. Hart: Oxford 2004, p. 3-28. Gunther Teubner, Regimes privados: direito neo-espontâneo e constituicoes dualistas na sociedade mundial. em: Gunther Teubner, Direito, Sistema e Policontextualidade, Editora Unimep: Piracicaba Sao Paolo 2005, p.105-128. Gunther Teubner, Bukowina global sobre a emergência de um pluralismo jurídico transnacional. Revista: Direito e Globalização 14, 2003. Hans Depenheuer (Org.) Verfassungstheorie, Mohr Siebeck: Tübingen 2010.</p>

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
<p>com a sociedade cada vez mais complexa e centrada em novas tecnologias. No plano internacional, o cenário de transformação social também tem desafiado a teoria da Constituição. Devido à intensificação da comunicação e o surgimento de instâncias de decisões em diversas esferas sociais além do Estado, fala-se no surgimento de constituições civis (Gunther Teubner) ou até num processo de constitucionalização do direito internacional (Jürgen Habermas).</p>				<p>Juliana Neuenschwander Magalhães, Formação do Conceito de Soberania. História de um Paradoxo, Saraiva: São Paulo 2016. Marcelo Neves, Transconstitucionalismo. Martins Fontes: São Paulo 2009. Marcelo Neves, Entre Têmis e Leviatã - uma relação difícil: o Estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas. Martins Fontes: São Paulo 2006. Ricardo Campos (Org.) Crítica da Ponderação. Método Constitucional entre a Dogmática Jurídica e a Teoria Social, Saraiva: São Paulo 2015. Thomas Vesting, Teoria do Direito. Uma Introdução, Saraiva/IDP: São Paulo 2015. Thomas Vesting, Stefan Koriöth, Ino Augsberg (Org.) Grundrechte als Phänomene kollektiver Ordnung, Mohr Siebeck: Tübingen 2014. Thomas Vesting, Stefan Koriöth (Org.) Der Eigenwert des Verfassungsrechts, Mohr Siebeck: Tübingen 2011.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Jurisdição Constitucional	Doutorado	NÃO	60	60		GILMAR FERREIRA MENDES
Ementa				Bibliografia		
<p>A disciplina propõe reflexão sobre as condições necessárias para a construção e consolidação de uma teoria constitucional tipicamente brasileira, sintonizada com a evolução histórica e com as peculiaridades do nosso sistema de controle de constitucionalidade. Pretendese estimular a reflexão e a crítica acerca das ações constitucionais brasileiras, com o objetivo de avançar numa visão construtiva do processo constitucional como instrumento de concretização do Estado Democrático de Direito</p>				<p>Básica: Diretrizes Constitucionais do Novo Estado Brasileiro - Entrevista concedida pelo então Ministro da Justiça Francisco Campos, em 16/1/1938. Revista Forense vol. 73, ano 35, fascículo 415, pág. 229. ELY, John Hart. Democracy and Distrust: A Theory of Judicial Review, Harvard University Press, 1995. 261 p. ELY, John Hart. Democracia e desconfiança: uma teoria do controle judicial de constitucionalidade. Tradução Juliana Lemos; revisão técnica Alonso Reis Freire; revisão da tradução texto final Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, 345 p. KELSEN, Hans. Jurisdição Constitucional. São Paulo: Martins Fontes; 2003, 319 p. _____. A democracia. São Paulo: Martins Fontes, 2000. MENDES, Gilmar F; BRANCO, Paulo Gustavo G. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 8ª ed., 2013. SCHMITT, Carl. O guardião da Constituição. Trad. Geraldo de Carvalho. Del Rey : Belo Horizonte, 2007, 252p. _____. Teoría de la Constitución. Madrid, Alianza, 1982. 377 p. SEGADO, Francisco Fernández. Del control político al control jurisdiccional. Evolución y Aportes a la Justicia Constitucional em</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
	<p>América Latina. Bologna: Libreria Bonomo Editrice; 2005.</p> <p>WALDRON, Jeremy. Law and Disagreement. New York: Oxford University Press; 1999.</p> <p>WALDRON, Jeremy. A dignidade da legislação. Tradução Luís Carlos Borges; revisão da tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 214 p.</p> <p>ZAGREBELSKY, Gustavo. La Giustizia Costituzionale, Bologna, Mulino, 1979. 392 p.</p> <p>_____. La crucifixión y la democracia, Tradução: Atilio Pentimalli Melacrino, Barcelona, Editorial Ariel, 1996. 126 p.</p> <p>_____. El derecho dúctil. 7ª ed., Madrid: Editorial Trotta, 2007.</p> <p>Complementar:</p> <p>ACKERMAN, Bruce, et alii. Fundamentos y Alcances del Control Judicial de Constitucionalidad. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1991. 204 p.</p> <p>_____. The failure of the founding fathers: Jefferson, Marshall, and the rise of presidential democracy. Massachusetts: The Belknap press of Harvard University Press, 2005.</p> <p>ALONSO GARCÍA, Enrique. La Interpretación de la Constitución. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1984. 568 p.</p> <p>ARROYO, César Landa. Tribunal constitucional y estado democrático. 3 ed., Lima: Palestra Editores, 2007.</p> <p>BELTRÁN, Miguel. Originalismo e interpretación. Dworkin vs. Bork: uma polémica constitucional. Madrid: Civitas; 1989.</p> <p>COMELLA, Víctor Ferreres. Justicia constitucional y democracia. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. 1997, 307 p.</p> <p>COX, Archibald. The Court and the Constitution. Boston: Houghton Mifflin Company, 1987.</p> <p>Decreto-Lei nº 1564, de 5 de setembro de 1939 (Confirma dispositivos legais declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal).</p> <p>DWORKIN, Ronald. El dominio de la vida: una discusión acerca del aborto, la eutanasia y la libertad individual. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1994.</p> <p>DWORKIN, Ronald. Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão da tradução Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 362 p.</p> <p>ELSTÉR, Jon; SLAGSTAD, Rune. Constitutionalism and Democracy, Cambridge University Press, 1993. 359 p.</p> <p>ESKRIDGE JR, William N.; LEVINSON, Sanford (ed.). Constitutional Stupidities, Constitutional Tragedies. New York: New York</p>

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
				Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP SGAS Quadra 607. Módulo 49. Via L2 Sul. Brasília-DF. CEP 70200-670. (61) 3535.6565 University Press; 1998. FAVOREU, Louis. Los Tribunales Constitucionales. Barcelona: Ariel; 1994. FAVOREAU, Louis. As cortes constitucionais. Tradução Dunia Marinho Silva. São Paulo: Landy Editora, 2004. FERNÁNDEZ RODRIGUES, La inconstitucionalidad por omisión. Teoría General. Derecho comparado. El caso español. Madrid: Civitas; 1995. GAONA, Roberto Rodríguez. El control constitucional de la reforma a la Constitución. Madrid: Editorial Dykinson, 2006. GARCÍA DE ENTERRÍA. Justicia Constitucional: la Doctrina Prospectiva en la Declaración de Ineficacia		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Fundamentos da Teoria Geral do Direito	Doutorado	NÃO	60	60		SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR
Ementa				Bibliografia		
1. Ementa: O direito e os direitos: sociedade, norma jurídica, validade e eficácia. Complexidade e contingências sistêmicas. Racionalidade jurídica, transcendência e destranscendência. 2. Breves notas explicativas sobre a disciplina, seus objetivos, conteúdo e métodos de abordagem, pesquisa e avaliação: 2.1. A presente disciplina encontra-se estruturada em três módulos temáticos, devidamente descritos abaixo, a serem abordados em nove aulas presenciais. 2.2. Objetivos Gerais: 2.2.1. Compreender o direito como um processo de adaptação social que tem por escopo promover a solução de problemas e disputas decorrentes do convívio humano no âmbito de uma sociedade funcionalmente diferenciada. 2.2.2. Examinar os aspectos propedêuticos concernentes às mudanças paradigmáticas conhecidas como “guinada linguística” e “giro hermenêutico” e como, em uma primeira análise, tais alterações de percepção do fenômeno jurídico pretendem se opor, inclusive				ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos Constitucionales, 2002, p. 173-266. ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos Constitucionales, 2002, pp. 81-110 (La estructura de las normas de derecho fundamental). BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant. Trad. Alfredo Fait. São Paulo: Mandarim, 2000, p. 77-132. BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico – Lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 1995, pp. 135-144 (O Positivismo Jurídico como abordagem avaliativa do direito). BOBBIO, Norberto. Teoria da Norma Jurídica. Bauru: Edipro, pp. 45-68. BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. 10 ed. Trad. Maria Celeste C. L. dos Santos. Brasília: EdUnB, 1999, pp. 19-70. BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. 10 ed. Trad. Maria Celeste C. L. dos Santos. Brasília: EdUnB, 1999, pp. 71-114. CABRERA, Carlos Alarcón. Las lógicas deónticas de Georg H. von Wright. Doxa – Cuadernos de Filosofía del Derecho (n. 26). Alicante: Espagráfic, 1989. CIARLINI, Alvaro Luis de A. S. Direito à Saúde – Paradigmas procedimentais e substanciais da Constituição. São Paulo: IDP/Saraiva, 2013 (Linguagem dos direitos e desencantos democráticos). CORSI, Giancarlo. Sociologia da Constituição. Trad. Juliana Neuenschwander Magalhães. Texto Acadêmico.		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
<p>metodologicamente, a uma postura essencialmente “dogmática”.</p> <p>2.3. Objetivos Específicos:</p> <p>2.3.1. Identificar e avaliar os elementos doutrinários determinantes da compreensão do direito como um sistema funcionalmente diferenciado das sociedades modernas, inclusive os concernentes à questão de sua autorreferência e autonomia em relação aos demais sistemas sociais específicos.</p> <p>2.3.2. Perceber os fenômenos intrassistêmicos recorrentes e lidar com o uso criativos dos paradoxos.</p> <p>2.3.3. Compreender, em uma análise inaugural, os principais problemas envolvidos nas diversas linhas de abordagem do direito, com as devidas distinções entre posturas ideológicas baseadas em uma visão jurídica orientada pela racionalidade jurídica moderna, abordando igualmente outras orientações que propugnam as mudanças paradigmáticas conhecidas como “giro hermenêutico” e “guinada linguística”.</p> <p>2.3.4. Assimilar os elementos estruturais que informam o ordenamento jurídico brasileiro, inclusive os decorrentes da vigência de seus princípios implícitos.</p>	<p>DE GIORGI, Raffaele. Contingência e legitimação. In Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: FGV Direito, 2010, vol. 254, p. 9-26.</p> <p>DWORKIN, O Império do Direito. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007, cap. VII (A integridade no direito).</p> <p>DWORKIN, Ronald. Law’s Empire. Cambridge: Harvard University Press, 1986, cap. X (The Constitution).</p> <p>DWORKIN, Ronald. Law’s Empire. Cambridge: Harvard University Press, 1986, cap. II (Interpretative concepts).</p> <p>DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. VII-XXI (Introdução), 235-282 (A Justiça e os Direitos), 283-314 (Levando os Direitos a Sério), 410-427 (Que direito nós temos?), 429-446 (Os Direitos podem ser controversos?).</p> <p>DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 127-203 (Casos Difíceis).</p> <p>DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000, parte 1, itens 1 e 2.</p> <p>DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000, parte 2 (O Direito como interpretação).</p> <p>ENGISCH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. 7 ed. Trad. João Baptista Machado. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996, p. 21-70 (Sobre o sentido e a estrutura da regra jurídica).</p> <p>FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Teoria da Norma Jurídica. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, cap. 3 (Organização da Comunicação Normativa).</p> <p>GLENDON, Mary Ann. Rights Talk – The impoverishment of political discourse. New York: free Press, 1991, p. 1-17.</p> <p>HABERMAS, Jürgen.agir Comunicativo e razão destranscendentalizada. Trad. Lúcia Aragão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia – entre facticidade e validade I. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: 1997, pp. 113-168 (Para a Reconstrução do Direito (I): O Sistema dos Direitos).</p> <p>HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia – entre facticidade e validade II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: 1997, pp. 123-190 (Paradigmas do Direito).</p> <p>HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia – entre facticidade e validade I. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: 1997, pp. 17-63 (O Direito como categoria da mediação entre facticidade e validade).</p> <p>HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia – entre facticidade e validade II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: 1997, pp. 193-247 (Direito e moral).</p> <p>HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia – entre facticidade e validade I. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: 1997, p. 241-295.</p>

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Federalismo Fiscal	Doutorado	NÃO	60	60		JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO
Ementa				Bibliografia		
<p>Objetivos da disciplina: discutir conceitos, assuntos e desafios fundamentais ao Federalismo Fiscal e no Direito Comparado aplicados à experiência brasileira.</p> <p>Metodologia: aulas no formato de palestras dos professores (as duas primeiras) e, depois, seminários apresentados pelos alunos, com temas pré-definidos ao encargo de um ou mais mestrandos (a depender do número de inscritos no curso). Após cada seminário, haverá debate e será estimulada a elaboração de um artigo sobre temática discutida. Para cada aula, são indicadas leituras de textos básicos obrigatórias a todos os alunos, e também complementares (a serem ampliadas além das abaixo indicadas).</p> <p>Seminários: exposições de 50 a 60 minutos. Deverá ser entregue previamente uma apresentação (que poderá recorrer a outras obras além das previstas no programa). É fundamental que agregue valor e não se limite a uma exposição do que já consta nos textos de apoio.</p> <p>Ficha de leitura: os mestrandos deverão, necessariamente, elaborar “ficha de leitura” relativa aos textos de apoio indicados para cada aula. A ficha deverá ser entregue no início da aula a que se refere. A falta a uma aula não exime o mestrando de entregar a ficha, entrega essa que poderá ser feita por interposta pessoa ou por mensagem eletrônica.</p> <p>Avaliação: (1) desempenho no seminário apresentado pelo respectivo aluno (valor: 40% do conceito final); (2) artigo de produção científica (não para jornal), a ser entregue até o final do curso, de autoria individual e abordando temática apresentada no respectivo seminário (valor: 40% do conceito final; porém, é determinante para a menção final); (3) participação efetiva nos debates havidos após cada seminário e ficha de leitura (valor: 20% do conceito final).</p> <p>Critérios de avaliação: (1) seminário: análise da organização da apresentação em termos de consistência do conteúdo, pesquisa procedida, didática na exposição, e tomada de iniciativa do debater (2) participação nos debates: demonstração de leituras efetivamente realizada e também de capacidade crítica; (3) monografia: análise de artigo relativo ao tema apresentado com demonstração de pesquisa e reflexão sobre o assunto abordado, inclusive incorporando elementos do debate. Observações: entrega de ficha no prazo próprio implica redução da menção final.</p> <p>Artigo: deverá constar de mínimo de 15 e de máximo de 30 páginas (aí incluídos resumo, palavras-chave, introdução, conclusão e referências bibliográficas), em formato A4, fonte Times New Roman (tamanho 12), espaçamento entre linhas 1,5 e margens (acima, abaixo e laterais) de 3 cm. O artigo deverá demonstrar pesquisa e refletir sobre o assunto abordado. Deve efetivamente manejar as obras citadas nas referências bibliográficas (o que deverá ser demonstrado por meio de notas de rodapé). Deverá ser entregue em prazo a ser combinado</p>				<p>SERRA, José & AFONSO, José Roberto R. El federalismo fiscal en Brasil: una visión panorámica. Revista de La CEPAL n. 91, pp.29-52. Santiago: Cepal, Abril 2007. Disponível em: http://goo.gl/1LZbYs</p> <p>BERCOVICI, Gilberto. Dilemas do Estado Federal Brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.</p> <p>COSTA, Alcides Jorge. Reforma tributária: Uma visão histórica. São Paulo: Revista USP, 1995.</p> <p>REZENDE, Fernando e AFONSO, José Roberto, A Federação brasileira: Fatos, desafios e perspectivas, in Federalismo e Integração Econômica Regional — Desafios para o Mercosul, Fórum das Federações. Konrad Adenauer Stiftung, 2004. Disponível em: http://goo.gl/6QD539</p> <p>ABRUCIO, Fernando L. e COSTA, Valeriano M. F. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 1998. Disponível em: http://goo.gl/kDbOuH</p> <p>GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas. Teoria e Prática no Brasil. 3ª edição. Rio, Elsevier, 2008</p> <p>CONTI, José Maurício. Levando o Direito Financeiro a Sério. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2016. Disponível em: http://bit.ly/1TNvdTU</p> <p>VELLOSO, Raul; MENDES, Mendes & FREITAS, Paulo Springer. O Dia do Juízo Fiscal. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE, 2016. Disponível em: http://bit.ly/1Vm0i2b</p> <p>GOBETTI, Sérgio Wulff & ORAIR, Rodrigo Octávio. Política Fiscal em Perspectiva: O Ciclo de 16 Anos (1999-2014). Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, 2015. V. 19, nº 3, p. 417 – 447. Disponível em: http://bit.ly/25mXzrT</p> <p>BARACHO, José Alfredo O. Teoria Geral do Federalismo. Belo Horizonte: FUMAC/UCMG, 1982.</p> <p>MENDES, Marcos. Federalismo Fiscal. IN: Biderman, C. e Arvate, P. Economia do Setor Público no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2005.</p> <p>MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gustavo. Curso de Direito Constitucional. pag.1.389-1.426. 10ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.</p> <p>MENDES, Gilmar. Estado de Direito e Jurisdição Constitucional. Brasília, Editora Saraiva e IDP, 2012. P. 129-141 e 1.332-1.357</p> <p>REZENDE, Fernando. A Reforma tributária e a Federação. Rio, FGV Editora, 2009.</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 16. ed. atual. ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 1991. p. 233</p> <p>TER-MINASSIAN, Teresa (Ed.). Fiscal federalism in theory and practice. Washington: International Monetary Fund, 1997.</p> <p>BOADWAY, Robin; SHAH, Anwar. Fiscal Federalism. Principles and practices of multiorde governance. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
<p>com os professores. Horário e cronograma: às sextas-feiras, das 9h00 às 13 horas, com 15 minutos de intervalo. A eventual não ocorrência de uma das aulas não implica alteração do calendário abaixo divulgado ou da ordem de apresentação dos seminários seguintes. A aula não ministrada e o seminário não apresentado passam para o final do cronograma.</p>				<p>MUSGRAVE, Richard Abel e MUSGRAVE, Peggy. B. Finanças públicas: teoria e prática. São Paulo: Campus-EDUSP, 1980. p. 532-77. ROSEN, Harvey S. Public Finance. Boston: McGraw-Hill Irwin, 2005. STIGLITZ, Joseph E. Economics of the public sector. 3a ed. New York/London, W.W.Norton & Company, 2000. DORNELLES, Francisco. O sistema tributário da Constituição de 1988. In: Dantas, B. et.al (org.), Estado e economia em vinte anos de mudanças. Vol. IV, pag.110. Brasília, Senado,2008. Disponível em: http://goo.gl/qQaxGd AFONSO, José R.; SOARES, Julia M.; CASTRO, Kleber. Avaliação da estrutura e o desempenho do sistema tributário brasileiro (Livro Branco da Tributação Brasileira). Washington, BID,2013. Disponível em: http://goo.gl/qlug3G MARTINS, Ives Gandra da Silva. Teoria da Imposição Tributária. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. (Coordenador). Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2008. P. 163-183. SILVA, José Afonso da. Tributos e normas de política fiscal na Constituição do Brasil. São Paulo, 1968 DÓRIA, A. R. Sampaio. Discriminação de rendas tributárias. São Paulo: José Bushatsky editor, 1972. ALMEIDA, Fernanda D. M. Competências na Constituição de 1988, São Paulo: Atlas, 2005. LOBO, Rogério Leite. Federalismo fiscal brasileiro: discriminação das rendas tributárias e centralidade normativa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Epistemologia e Metodologia Jurídica	Doutorado	NÃO	60	60		JULIA MAURMANN XIMENES
Ementa				Bibliografia		
<p>A abordagem científica e o conceito de ciência. Paradigmas e neutralidade científica. A construção do conhecimento. A Pesquisa Jurídica. Tipos e técnicas de pesquisa. Os fundamentos teóricos e práticos da pesquisa e a estrutura do projeto de pesquisa e da tese. Objetivo geral: Compreender o processo de produção do conhecimento científica em Direito. Objetivos específicos: Identificar o conhecimento científico. Reconhecer as dificuldades na pesquisa jurídica. Identificar diferentes técnicas de pesquisa. Construir um sólido projeto de pesquisa. A disciplina será desenvolvida a partir de aulas expositivas e dialogadas, seminários, leitura metodológica e exercícios.</p>				<p>BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Ed. 70, 1979. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O professor pesquisador – introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo – preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. CARBONELL, Miguel (org) Neoconstitucionalismo (s) Madrid: Trota, 2005. CANE, Peter; KRITZER, Herbert (eds) Oxford Handbook of Empirical Legal Research. Oxford: Oxford University Press, 2010. CARDOSO, Mirian Limoeiro. O mito do método. Cadernos PUC, v. 7, p. 1-40, ago 1971. CARVALHO, Maria Cecília M. de (org) Construindo o saber: Metodologia Científica. Campinas: Papirus, 1994. COURTIS, Christian. Observar la ley: Ensayos sobre metodologia de la investigacion jurídica.</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
	<p>Madrid: Trotta, 2009. CRESWELL, John. Projeto de pesquisa, métodos qualitativos, quantitativos e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010. ECO, Umberto. Como se faz uma tese? 16 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. DEMO, Pedro. Pesquisa e construção de conhecimento – metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. _____. Metodologia científica em ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995. DOOLEY, Robert A.; LEVINSOHN, Stephen H. Análise do discurso. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2004. FRAGALE FILHO, Roberto. Quando a empiria é necessária? Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis (SC): Fundação Boiteux, 2005. p. 323. GUERRA, Gustavo Rabay. Repensando a pesquisa em Direito – sintomatologia atual e prognóstico de um novo perfil. Revista da Faculdade de Direito, Caruaru, v. 35, p. 231-250, 2004. GUSTIN, Miracy B. de Souza, DIAS, Maria Tereza F. (Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. JAPIASSU, Hilton. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. KANT DE LIMA, Roberto; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. O desafio de realizar pesquisa empírica no Direito: uma contribuição antropológica. Trabalho apresentado no 7o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Recife, 2010. KERLINGER, Fred. N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980. KUHN, T. S. A estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 2000. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1982. LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. 3 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A Construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: UFMG, 1999. MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de Caso - uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social – teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. MORIN, Edgar. O método – o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2005. NEVES, A. Castanheira. Metodologia Jurídica – problemas fundamentais. Coimbra: Coimbra, 1993. NOBRE, Marcos et al. O que é pesquisa em Direito? São Paulo: Quartier Latin, 2005.</p>

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
				<p>Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 66, p. 145-154, jul. 2003.</p> <p>ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. 9 ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, Fabiana Luci de. (org). Justiça em foco: estudos empíricos. Rio de Janeiro: FGV, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. Sociologias. Porto Alegre, ano 7, n. 13, jan/jun 2005, p. 244-259.</p> <p>POPPER, Karl. Conjecturas e Refutações. 5 ed. Brasília: UnB, 2008.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Direito, Internet e inovação: repercussões sobre os direitos fundamentais	Doutorado	NÃO	60	60		LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES
Ementa				Bibliografia		
<p>I – DIREITO, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA: Impactos sobre os direitos fundamentais. A Internet como espaço de liberdade e igualdade por meio do direito. II – TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. Estrutura das Normas de Direitos Fundamentais. Progressiva Transformação: inovação tecnológica e inovação no direito. Dimensões subjetiva e objetiva. Deveres de Proteção. Direitos fundamentais nas relações privadas. III – A INTERNET E SUAS REPERCUSSÕES NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE. Internet: aspectos técnicos e governança multilateral. Liberdade de expressão. Privacidade e proteção de dados pessoais na sociedade da informação. Acesso à informação e direito ao esquecimento. Igualdade e proteção contra a discriminação. Responsabilidade civil na Internet: danos morais e materiais.</p> <p>OBJETIVOS GERAIS: Debater os desafios impostos pela inovação tecnológica e pela Internet ao Direito, em especial, à efetivação de Direitos Fundamentais.</p> <p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS: i) debater de que modo o Direito pode contribuir para a constituição da Internet como um espaço de liberdade e igualdade à luz de suas peculiaridades (rede global, aberta e de governança multilateral); ii) compreender a Teoria de Direitos Fundamentais e a sua progressiva transformação em face dos novos desafios impostos pela Sociedade da Informação. iii) debater como se podem efetivar os direitos fundamentais em espécie (liberdade de expressão, privacidade, acesso à informação e igualdade) no ambiente virtual.</p> <p>O século vinte apresentou, com a sua revolução das tecnologias da informação e comunicação, um desafio único para o sistema jurídico no tocante à regulação desse fenômeno: a infraestrutura de comunicação e informação perpassa hoje todos os aspectos da vida, estando incrustada no cotidiano do indivíduo e da sociedade, o que levou à criação do conceito da</p>				<p>HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Direito, tecnologia e inovação. In: MENDES, Gilmar Ferreira, SARLET, Ingo Wolfgang e COELHO, Alexandre Zavaglia, Direito, Inovação e Tecnologia, São Paulo: Saraiva, 2015, p. 11-31.</p> <p>LESSIG, Lawrence. The Architecture of Innovation, 51 Duke Law Journal 1783-1801 (2002).</p> <p>MOLINARO, Carlos Alberto e SARLET, Ingo Wolfgang. Apontamentos sobre direito, ciência e tecnologia na perspectiva de políticas públicas sobre regulação em ciência e tecnologia. In: MENDES, Gilmar Ferreira, SARLET, Ingo Wolfgang e COELHO, Alexandre Zavaglia, Direito, Inovação e Tecnologia, São Paulo: Saraiva, 2015, p. 85-122.</p> <p>MENCKE, Fabiano. A proteção de dados e o novo direito fundamental à garantia da confidencialidade e da integridade dos sistemas técnico-informacionais no direito alemão. In: MENDES, Gilmar Ferreira, SARLET, Ingo Wolfgang e COELHO, Alexandre Zavaglia, Direito, Inovação e Tecnologia, São Paulo: Saraiva, 2015, p. 11-31.</p> <p>ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2011, Capítulos 4 e 9.</p> <p>SCHLINK, Bernhard e PIEROTH, Bodo. Direitos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2012, cap. 4.</p> <p>MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. 2 a Ed. São Paulo: Celso Bastos Ed.; 1999.</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
<p>onipresença ou ubiquidade dos meios informáticos (ubiquitous computing). Especialmente a digitalização, os sistemas informáticos e a conectividade em rede são responsáveis por essa ubiquidade: smartphones, web 2.0, cloud computing, internet das coisas, são algumas expressões que representam esse fenômeno. Ao ampliar a capacidade e as oportunidades de ação dos indivíduos, os meios de comunicação e informação ampliam, na mesma dimensão, os riscos a que os indivíduos estão submetidos. Associado à ampliação das formas de comunicação pessoal e pública, de mobilização social, de representação da personalidade e de circulação de conhecimento, ampliaram-se as formas de controle social, de exposição indesejada, de discriminação e de restrição à liberdade individual.</p> <p>O desafio para o Direito não poderia ser maior: se, por um lado, as infraestruturas de comunicação adquiriram na sociedade contemporânea papel tão relevante quanto as clássicas infraestruturas econômicas, como o transporte, saneamento e energia, por outro, o papel do Estado mudou radicalmente, não sendo ele mais o responsável por fornecer, construir ou desenvolver essas infraestruturas. Também na sua função reguladora e garantidora, o Estado tem encontrado severas limitações. Como se observa no exemplo da Internet, o papel estatal de garantir o funcionamento adequado dos serviços tem sido realizado de forma bastante limitada. Isso pode ser explicado por uma série de fatores sociais e tecnológicos, como a rasante evolução das tecnologias, as constantes variações nas suas formas de utilização e a circulação da informação para além das fronteiras dos Estados Nacionais, que tornam ainda mais complexa a atividade do sistema jurídico de compreender os seus efeitos e de regulá-los.</p> <p>É nesse complexo cenário, em que se situam as atuais discussões a respeito da garantia dos direitos fundamentais na sociedade da informação: i) qual é o papel do Direito na regulação das novas tecnologias da informação e da comunicação quando essas ultrapassam as fronteiras do Estado nacional? ii) Os mecanismos jurídicos tradicionais estão aptos a proteger o indivíduo contra os riscos à violação dos direitos?</p>				<p>ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2011, capítulo 10.</p> <p>CANARIS, Claus-Wilhelm. Direitos fundamentais e Direito privado. Coimbra: Almedina; 2003.</p> <p>HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Innovaciones en la jurisprudencia del Tribunal Constitucional alemán - propósito de la garantía de los derechos fundamentales en respuesta a los cambios que conducen a la sociedad de la información", in: Revista de Derecho constitucional europeo núm. 22 (julio -diciembre 2014).</p> <p>SCHLINK, Bernhard e PIEROTH, Bodo. Direitos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2012, cap. 4.</p> <p>DUQUE, Marcelo Schenk. Direito privado e constituição: Drittwirkung dos direitos fundamentais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. ("A teoria dos deveres de proteção do Estado como corolário do modelo de convergência do direito privado para a Constituição à luz dos contratos de consumo")</p> <p>MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais: eficácia das garantias constitucionais nas relações privadas – análise da jurisprudência da Corte Constitucional alemã. In: Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. 2ª Ed. São Paulo: Celso Bastos Ed.; 1999.</p> <p>NEUNER, Jörg. O Código Civil da Alemanha (BGB) e a Lei Fundamental. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). Constituição, Direitos fundamentais e Direito Privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed.; 2003.</p> <p>SARLET, Ingo Wolfgang (org.). Direitos fundamentais e Direito Privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais. In: A Constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed.; 2000.</p> <p>VALE, André Rufino do. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor; 2004.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Direito e Democracia em Habermas e Luhmann: um debate crítico	Doutorado	NÃO	60	60		JOAO PAULO BACHUR

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
<p>A teoria contemporânea do direito passa, obrigatoriamente, pelas obras de dois dos maiores sociólogos da atualidade: Jürgen Habermas (1929 -) e Niklas Luhmann (1927 - 1998). Ambos oferecem profundas reflexões sobre o fenômeno jurídico; tanto que se colocam lado a lado com teóricos do direito tais como Robert Alexy ou Ronald Dworkin. Para ambos, tanto o conceito de Estado de direito quanto o conceito de democracia ocupam lugar de destaque em suas formulações, assim como ambos estão constantemente preocupados com as relações entre o direito e a política. O curso buscará oferecer uma leitura detalhada e uma discussão aprofundada de obras selecionadas de Habermas e Luhmann, tendo como fio condutor os conceitos de legitimação, Estado de direito e democracia. Apesar de apresentar um caráter introdutório, voltado a apresentar as teorias de Habermas e Luhmann de maneira global, o curso buscará oferecer uma reflexão aprofundada sobre esses temas centrais, a fim de que os mestrandos possam incorporar aportes dessas teorias em seus projetos de pesquisa.</p> <p>O curso tem como objetivo familiarizar os alunos do mestrado em direito com a teoria do discurso e da democracia deliberativa de Habermas, de um lado, e com a teoria de sistemas sociais de Luhmann, de outro, a fim de proporcionar aos alunos formação teórica geral para auxiliá-los em seus projetos de pesquisa. O curso está estruturado na leitura dos textos a serem discutidos em sala de aula. Cada aula do curso será apoiada por um texto de referência, sobre o qual os alunos deverão apresentar seminários de leitura (exposição oral, individual ou em grupo). Além disso, serão escolhidos textos da bibliografia complementar para auxiliar a compreensão dos autores escolhidos. O conteúdo do texto de leitura obrigatória será trabalhado em discussões, com recurso a momentos expositivos. A avaliação levará em conta participação em sala de aula e entrega de ensaio final, com tema a ser definido ao longo do curso. Ao final do curso, os alunos deverão estar aptos a incorporar</p>	<p>Marcelo Neves, Têmis e Leviatã: uma relação difícil. São Paulo: Martins Fontes, cap. 3 (ps. 79-121).</p> <p>Habermas, Direito e democracia: entre facticidade e validade, trad. F. B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, v.1, caps. 1 e 2.</p> <p>Habermas, Direito e democracia, v. 1, cap. 3 e 4</p> <p>Habermas, Direito e democracia, v. 1, cap. 6.</p> <p>Habermas, Direito e democracia, v. 2, cap. 8.</p> <p>Luhmann, Legitimação pelo procedimento, trad. Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília: UNB, 1980, parte I.</p> <p>Luhmann, O direito da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2016, cap. 2.</p> <p>Luhmann, O direito da sociedade, cap. 3.</p> <p>Luhmann, O direito da sociedade, cap. 9; e Luhmann, "A restituição do décimo segundo camelo: do sentido de uma análise sociológica do direito", in Arnaud, André-Jean & Lopes Jr., Dalmir (orgs.), Do sistema social à sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.</p> <p>Bachur, J. P., "Individualismo, liberalismo e filosofia da história", in Lua Nova 66, 2006.</p> <p>_____, As portas do labirinto: para uma recepção da teoria social de Niklas Luhmann. Rio de Janeiro: Azougue, 2010.</p> <p>Bachur, J. P. & Leite Gonçalves, "O direito na sociologia de Niklas Luhmann". In: Felipe Gonçalves Silva; José Rodrigo Rodríguez. (Org.). Manual de sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2013, v. , p. 111-131.</p> <p>Habermas, J., O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>Luhmann, N., Introdução à teoria dos sistemas. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>Leite Gonçalves, G. & Villas Bôas Filho, O., Teoria dos sistemas sociais: direito e sociedade na obra de Niklas Luhmann. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>Neves, M., Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>Villas Bôas Filho, O., O direito na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. São Paulo: Max Limonad, 2006.</p> <p>_____, Teoria dos sistemas e o direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
aportes das teorias de Habermas e Luhmann em seus próprios projetos de pesquisa.						
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Direito Processual Constitucional	Doutorado	NÃO	60	60		FABIO LIMA QUINTAS
Ementa				Bibliografia		
<p>A disciplina propõe reflexão sobre os instrumentos processuais previstos na Constituição destinados à sua guarda e à proteção dos direitos fundamentais. Em especial, pretende-se refletir sobre a prática da jurisdição constitucional pela magistratura ordinária (juízes e tribunais), a quem compete, primordialmente, a aplicação da lei e, em segundo plano, o controle de constitucionalidade. Nesse particular, a disciplina examinará as características da magistratura ordinária no exercício da jurisdição constitucional e as inter-relações entre a jurisdição constitucional prestada pelos juízes e Tribunais e pelo Supremo Tribunal Federal. Por fim, a disciplina abordará algumas discussões relacionadas ao novo Código de Processo Civil e à legislação processual civil, naquilo que se refere à caracterização da jurisdição ordinária. Tendo como eixo temático a discussão sobre "o Poder Judiciário e a Constituição no Estado Democrático de Direito", numa perspectiva processual, propõe-se a reflexão sobre diversos temas que põem em destaque os atributos e os limites da função jurisdicional (ver cronograma).</p> <p>A disciplina terá dois eixos de discussão: i) compreensão das características da jurisdição, examinando o fenômeno da expansão do Poder Judiciário e propondo uma leitura constitucionalmente adequada da postura que o Judiciário deve adotar; ii) exame de estratégias que têm sido adotadas no âmbito da jurisdição para lidar com seus desafios, focalizando alguns institutos do Código de Processo Civil de 2015 e do processo coletivo.</p> <p>Com essa abordagem, objetiva-se que o aluno tenha uma visão abrangente sobre as características, desafios e perspectivas da jurisdição no Estado Democrático de Direito e capacidade de identificar a relevância do debate sobre a técnica processual para fortalecer a função jurisdicional.</p>				<p>AGUILÓ REGLA, Josep. Imparcialidad y aplicación de la ley. In: Estudios de Derecho Judicial, no 151 (La imparcialidade judicial), Madrid, Consejo General del Poder Judicial, 2008, pp. 141-165 (vide tradução para português: Imparcialidade e Concepções do Direito).</p> <p>ALEXANDER, Larry. Constrained by Precedent, 63 S. CAL. L. REV. 1, 6 (1989).</p> <p>ARAGÓN REYES, Manuel. El juez ordinario: entre legalidade y constitucionalidade. AFDUAM (1997), pp. 179-202.</p> <p>ARAGÓN REYES, Manuel. Estudios de Derecho Constitucional. 2a ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y constitucionales, 2009.</p> <p>AZEVEDO, André Gomma de. Estudos em Arbitragem, Mediação e Negociação Vol 3. Brasília: Grupos de Pesquisa, 2004.</p> <p>CARBONELL, Miguel (org.). Teoría del neoconstitucionalismo (ensayos escogidos). Madrid: UNAM, Editorial Trotta, 2007.</p> <p>CARBONELL, Miguel; JARAMILLO, Leonardo (org.). El canon neoconstitucional. Madrid: UNAM, Editorial Trotta, 2010. Estudios de Derecho Judicial, n. 151 (La imparcialidade judicial), Madrid, 2008.</p> <p>DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 13a ed. São Paulo: Malheiros, 2008.</p> <p>DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. Vol. 1. 6a ed. São Paulo, Malheiros, 2009.</p> <p>FALLON JR., Richard. Stare Decis and the Constitution: an essay on constitutional methodology, 76, NEW YORK UNIVERSITY LAW REVIEW. 570, 597 (May, 2001).</p> <p>FERRAJOLI, Luigi. Democracia y Garantismo. 2a ed. Madrid: Editorial Trotta, 2010.</p> <p>FERRAJOLI, Luigi. Um debate sobre el constitucionalismo. Madrid: Marcial Pons, 2012.</p> <p>FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio; CARRAZZA, Roque Antonio; NERY JUNIOR, Nelson. Efeito ex nunc e as decisões do STJ. 2a ed. Barueri: Manole, 2009.</p> <p>GARAPON, Antoine; PAPAPOULOS, Ioannis. Julgar nos Estados Unidos e na França: cultura jurídica francesa e common law em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.</p> <p>GIDI, Antonio Gidi; TESHEINER, José Maria Rosa; PRATES, Marília Zanella</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
				<p>Prates. Limites objetivos da coisa julgada no projeto de código de processo civil reflexões inspiradas na experiência norte-americana, Revista de Processo, vol. 194, p. 99, Abr / 2011</p> <p>GOZAINI, Osvaldo Alfredo. Derecho procesal constitucional: el debido proceso. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2004.</p> <p>LAWSON, Gary. The Constitutional Case Against Precedent, 17 Harv. J.L. & Pub. Pol'y 23, 24 (1994).</p> <p>MACHADO, Felipe; CATTONI, Marcelo (coord.). Constituição e processo: entre o direito e a política. Belo Horizonte: Fórum, 2011.</p> <p>MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios. São Paulo: RT, 2010.</p> <p>MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio. A tradição da civil law: uma introdução aos sistemas jurídicos da Europa e da América Latina. Trad.: Cássio Casagrande. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.</p> <p>MIRANDA, Jorge Manuel Moura Loureiro. A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão, Revista Direito e Liberdade, ESMARN, v. 14, n. 1, pp. 9-40, jan./jun2012.</p> <p>MONAGHAN, Henry P. Stare Decisis and Constitutional Adjudication, 88 COLUM. L. REV. 723, 748 (1988).</p> <p>MONTERO AROCA, Juan et. al. Proceso civil e ideología: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia (Espanha): Tirant lo Blanc, 2006.</p> <p>MORAIS, Carlos Blanco de. Direitos sociais e controlo de inconstitucionalidade por omissão no ordenamento brasileiro: activismo judicial momentâneo ou um novo paradigma?, Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, RBEC, Belo Horizonte, ano 5, n. 20, outubro/dez 2011, pp. 211-243.</p> <p>MORAIS, Carlos Blanco. Justiça Constitucional – Tomo II: o direito do contencioso constitucional. 2a edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.</p> <p>QUINTAS, Fábio Lima. O mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal: a reserva de jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal para o suprimento das omissões legislativas inconstitucionais (tese de doutorado). São Paulo: USP (Faculdade de Direito), 2013</p> <p>RAMIRES, Mauricio. Crítica à aplicação de precedentes no direito brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Constituição, Poder e Diálogos Institucionais	Doutorado	NÃO	60	60		SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
<p>Separação dos Poderes. Constitucionalismo clássico. Organização dos Poderes no constitucionalismo contemporâneo. Sistemas de Governo. Sistema de Governo brasileiro atual. Controle de Constitucionalidade. Legitimidade. Diálogos Institucionais. Construção cooperativa de decisões constitucionais.</p> <p>Objetivo geral: Discutir assuntos clássicos e contemporâneos essenciais ao entendimento do Constitucionalismo, das teorias do poder e de sua organização, dos sistemas de governo e de suas relações com o controle de constitucionalidade.</p> <p>Objetivos específicos: A disciplina propõe o estudo de algumas das bases clássicas do constitucionalismo contemporâneo, a fim de permitir a compreensão da importância de uma adequada arquitetura institucional na consecução dos fins do Estado e do Governo. Assim, além do exame da teoria da separação dos poderes, tanto em seu viés clássico como em suas adaptações e sofisticadas modernas, que se relacionam de perto com os sistemas eleitorais e o quadro partidário vigente, propor-se-á a discussão dos sistemas de governo tradicionais e a compreensão do chamado Presidencialismo de Coalizão, sistema em vigor atualmente no Brasil, segundo a grande maioria dos estudiosos. Por fim, deverá ser analisado o controle de constitucionalidade e as instituições por ele preponderantemente responsáveis em suas relações com os demais órgãos de poder do Estado, visando descobrir como são, de fato, adotadas as decisões constitucionais relevantes para o país e para a sociedade em geral.</p> <p>Seminários com temas pré-definidos ao encargo de um ou dois mestrandos. Após cada seminário, haverá debate conduzido pelo docente responsável pela disciplina. Há, ainda, para cada aula, leituras básicas (textos de apoio) – comuns e obrigatórias – a todos os alunos.</p>	<p>ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de Coalizão: o Dilema Institucional Brasileiro. Dados: Revista de Ciências Sociais 31, Rio de Janeiro, (1988);</p> <p>ACKERMAN, Bruce. The Failure of the Founding Fathers: Jefferson, Marshall, and the rise of Presidential Democracy. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.</p> <p>ACKERMAN, Bruce. We the People: Foundations. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1991.</p> <p>ACKERMAN, Bruce. We the People 2: Transformations. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998.</p> <p>ALEXANDER, Larry e SCHAUER, Frederick. On Extrajudicial Constitutional Interpretation. Harvard Law Review. Volume 110, n. 7, May 1997.</p> <p>AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do. Medida Provisória e sua Conversão em Lei: A Emenda Constitucional n. o papel do Congresso Nacional. São Paulo: RT, 2004.</p> <p>AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do. Sobre a organização de poderes em Montesquieu: comentários ao capítulo VI do livro XI de O espírito das leis. Revista os Tribunais, Ano 97, V. 868, fevereiro 2008. São Paulo: RT, 2008.</p> <p>ARISTÓTELES. Constituição dos Atenienses. Introdução, tradução do original grego e notas de Delfim Ferreira Leão. 2 ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.</p> <p>BALKIN, Jack. Constitutional Redemption: Political Faith in an Unjust World. Cambridge: Harvard University Press, 2011.</p> <p>BASSOK, Or. The Two Countermajoritarian Difficulties. In: Saint Louis University Public Law Review. Vol. XXXI: 333, 2012.</p> <p>BATEUP, Christine A.. Expanding the Conversation: American and Canadian Experiences of Constitutional Dialogue in Comparative Perspective. In: New York University Public Law and Legal Theory Working Papers, 2006.</p> <p>BRANDÃO, Rodrigo. Supremacia Judicial versus Diálogos Constitucionais: a quem cabe dar a última palavra sobre o sentido da Constituição? Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.</p> <p>BRUTUS. Essays. In: The Anti-Federalist Papers and the Constitutional Conventions Debates:</p>

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
	<p>the clashes and the compromises that gave birth to our form of government. Edited and with an Introduction by Ralph Ketcham. New York: Penguin Books, 2003.</p> <p>CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. In: Revista de Filosofia Política. N. 2, 1985.</p> <p>DAHL, Robert A.. Decision-Making in a Democracy: The Supreme Court as a National Policy-Maker. In: Journal of Public Law. Role of the Supreme Court Symposium, n. 1, 1957.</p> <p>DWORKIN, Ronald. O direito da liberdade: A leitura moral da Constituição norte-americana. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Revisão técnica de Alberto Alonso Muñoz. 1 ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>EDLIN, Douglas E.. Judges and Unjust Laws: Common Law Constitutionalism and the Foundations of Judicial Review. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2010.</p> <p>ELY, John Hart. Democracy and Distrust: A Theory of Judicial Review. Cambridge and London: Harvard University Press, 1980.</p> <p>ELY, John Hart.. The Apparent Inevitability of Mixed Government. In: Constitutional Commentary. June, 1999</p> <p>FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Estado de Direito e Constituição. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do Processo Legislativo. 5 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.</p> <p>FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Poder Judiciário na Constituição de 1988 –Judicialização da política e politização da Justiça. In: Aspectos do Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Princípios fundamentais do direito constitucional: O estado da questão no início do século XXI, em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional.</p>

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Constituição e a Proteção dos Novos Direitos: Direitos Difusos, Bioética e Direitos dos Sistemas Informatizados.	Doutorado	NÃO	60	60		LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES
Ementa				Bibliografia		
<p>A disciplina visa proporcionar aos alunos conhecimentos que correlacionem o Direito Constitucional e os Novos Direitos (direitos de 3a/4a e 5a geração na classificação de Norberto Bobbio) por meio da análise de tópicos da proteção do meio ambiente, consumidor, patrimônio genético e informática e sua inter-relação com a Constituição.</p> <p>Para tanto, serão analisadas – em perspectiva atual – a legislação, a doutrina e a jurisprudência aplicáveis aos institutos por meio de aulas expositivas e de debates/seminários. Será usado, também, material de Direito Comparado para enriquecimento do curso.</p> <p>Norberto Bobbio levanta a questão dos novos direitos, partindo dos direitos humanos e considerando o avanço da eletrônica, da química, da física, da biologia, da cibernética e de outros ramos do conhecimento científico.</p> <p>Assim, elenca cinco gerações/dimensões de direitos representativas dos avanços sociais:</p> <p>1a) a categoria dos direitos individuais, que pressupõem a igualdade formal perante a lei e constituem garantia do cidadão, diante da força cada vez mais descomunal do Estado;</p> <p>2a) a categoria dos direitos sociais, que procura inserir o sujeito de direito no contexto social, representando um compromisso sócio-ideológico do Estado em busca da justiça social;</p> <p>3a) a geração dos direitos transindividuais, compreendendo os coletivos e difusos, abarcando a proteção do consumidor, meio ambiente e outros valores considerados importantes para a vida da sociedade;</p> <p>4a) a geração dos direitos do patrimônio genético, relacionados à biotecnologia e bioengenharia, tratando de questões relativas à vida;</p> <p>5a) os direitos dos sistemas informatizados e de comunicação, que fizeram inclusive romper a noção de fronteira entre países e, também, a noção de tempo, tirando-nos a consagrada idéia de presente e passado.</p> <p>Bobbio mostra, na obra mencionada, que tem se acelerado o processo de multiplicação dos direitos, em face do aumento de bens para serem tutelados, do crescimento dos sujeitos de direito e pela ampliação da proteção jurídica de certos sujeitos como a criança, o doente, o velho, etc.</p> <p>Se dos direitos individuais passou-se aos sociais, a titularidade de muitos foi também estendida aos grupos (extensão da capacidade processual de agir) ou</p>				<p>BOBBIO, Norberto. Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.</p> <p>CARRERA-FERNANDEZ, José. Economia dos recursos hídricos. Salvador: Edufba, 2002.</p> <p>DARREL, Keith. Issues in Internet Law: Society, Technology and the Law. Amber, 2011. GOMIS CATALÁ, Lucía. Responsabilidad por daños al medio ambiente. Colección Monografias Aranzadi: 96. Pamplona: Aranzadi Editorial, 1998.</p> <p>GONÇALVES, Vitor Fernandes. A punição na responsabilidade civil: a indenização do dano moral e da lesão a interesse difusos. Brasília: Brasília Jurídica, 2005</p> <p>FARIAS, Paulo José Leite. Brazil: The Evolution of the Law and Politics of Water. In: Joseph Dellapena and Joyeeta Gupta. (Org.). The Evolution of the Law and Politics of Water. 1 ed. Nova Iorque: Springer, 2009, v. 1, p. 1-414.</p> <p>FARIAS, Paulo José Leite. Evolution of the Regulatory System for GM crops in Brazil. In: Michael Baram; Mathilde Bourrier. (Org.). Governing Risk in GM Agriculture. Cambridge, MA, US: Cambridge University Press, 2011.</p> <p>FARIAS, Paulo José Leite. Meio Ambiente, Direito e Biotecnologia – Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Paulo Affonso Leme Machado. Coords.: Maria Auxiliador Minahim, Tiago Batista Freitas e Thiago Pires Oliveira. Capítulo 18 Limites Éticos e Jurídicos à Experimentação Genética em Seres Humanos: a Expressa Impossibilidade da Clonagem Humana no Ordenamento Jurídico Brasileiro, Paraná: Juruá, 2010.</p> <p>FARIAS, Paulo José Leite. Competência federativa e meio ambiente. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.</p> <p>Água: bem jurídico econômico ou ecológico?. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.</p> <p>Biodireito e Bioética. Editora América Jurídica: Rio de Janeiro, 2005.</p> <p>O apagão e a cobrança pelo uso da água: um estudo sócio-jurídico da ineficiência do estado na proteção ambiental e do crescente uso de instrumentos econômicos no Brasil. Publicado na Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ano 9, no 18, p. 150-172, Julho/Dezembro de 2001. Publicado na Revista JUSTIlex, ano I, no 5, p. 33-39, Maio de 2002.</p> <p>O caráter dinâmico do controle judicial sobre as normas-princípios ambientais e a sua concretização protetiva na sentença judicial, In Revista de Informação legislativa, no 154, ano 39, abr./jun., Brasília, 2002.</p> <p>A federação como mecanismo de proteção do meio ambiente, In Revista de</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
<p>atribuída a sujeitos diferentes do homem como os animais, a natureza, etc. Esses direitos, que são um produto das lutas históricas, oferecem um aumento da complexidade jurídica e, por si, às vezes, como os princípios sócio-ideológicos (dispositivos programáticos) ou os transindividuais, são ainda vagos ou heterogêneos.</p> <p>Nesse contexto concebe-se o presente curso. Os novos direitos estão carecendo de uma teoria geral, que defina seus caracteres, significado e extensão, dentro de uma considerável uniformidade. Cabe à doutrina e à jurisprudência utilizando, muitas vezes, apenas princípios constitucionais, explícitos ou implícitos e Declarações ou Tratados, definir o sentido e estabelecer os limites destes direitos.</p>				<p>Informação legislativa, no 154, ano 33, julho/set., Brasília, 1997. A dimensão comunicativa da Suprema Corte. In Revista do Tribunal Regional Federal da 1 Região, Vol. 8, n. 4, out./dez., Brasília, 1996. Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequa�o da Constitui�o Econ�mica � realidade econ�mica, n. 133, ano 34, jan./mar., 1997 Ordem urbanística e a preven�o da criminalidade, In Revista de Informa�o legislativa, no 168, ano 42, out./dez., Brasília, 2005. A fun�o clássica do federalismo de prote�o das liberdades individuais, In Revista de Informa�o legislativa, no 138, ano 35, abr./jun., Brasília, 1998. GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito de águas: disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2001. LEAL, Márcio Flávio Mafra. A�o es coletivas: história, teoria e prática. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2001. Recursos hídricos: direito brasileiro e internacional. São Paulo; Malheiros, 2002. MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. MORATO LEITE, José Rubens e outros. "Evolu�o da Responsabilidade Civil Ambiental: 25 anos da Lei n. 6938/81". In João Carlos de Carvalho Rocha e outros (Org.). Política Nacional do Meio Ambiente – 25 anos da Lei 6.938/81 RUSTAD, Michael. Internet Law in a nutshell. St. Paul: Thomson, 2009. SERRA VEIRA, Patrícia Ribeiro. A responsabilidade civil objetiva no direito de danos. Rio de Janeiro: Forense, 2005. SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional, São Paulo: Malheiros, 1997.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	�rea(s) de Concentra�o	Docente(s)
Constitui�o e Processo Civil: principlologia do novo Código de Processo Civil	Doutorado	NÃO	60	60		GEORGES ABOUD
Ementa				Bibliografia		
<p>Aspectos Constitucionais do Processo Jurisdicional Técnicas de Concretiza�o da Efetividade e Isonomia Atualidades e Direito Comparado</p> <p>A disciplina almeja a reflexão sobre as técnicas processuais como instrumentos de concretiza�o dos</p>				<p>BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do Processo e Técnica Processual. 3a ed. – São Paulo: Malheiros: 2010. DANTAS, Bruno. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Recurso Especial, Recurso Extraordinário e a Nova Fun�o dos Tribunais Superiores no Direito Brasileiro. 3a. ed. – São Paulo: Editora</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
<p>princípios da isonomia e efetividade. Em destaque, objetiva-se uma leitura crítica tanto de questões teóricas, como de questões práticas sobre cada uma das técnicas indicadas para o debate, assim como analisar as transformações e temas atuais do Direito Processual.</p> <p>O conteúdo do curso será trabalhado por meio de (i) aulas expositivas e dialogadas, (ii) leitura e interpretação de textos jurídicos e (iii) apresentação de seminários e realização de estudos específicos; (iv) debate sobre questões polêmicas selecionadas.</p> <p>As avaliações da disciplina consistirão em: i) elaboração de artigo acadêmico individual; ii) apresentação de seminário, com elaboração de plano de exposição; e iii) resolução de questionários sobre os temas debatidos.</p> <p>O artigo acadêmico deverá abordar o tema objeto do seminário e dialogar com a bibliografia indicada na disciplina, com possibilidade de inclusão outros textos que o discente entender relevantes. Este artigo acadêmico deverá ser entregue até XX/XX/2016 na Secretaria do IDP e enviado para o e-mail do docente da disciplina. No final do semestre, o Professor fará uma seleção dos artigos apresentados para o fim de publicação de uma obra coletiva.</p> <p>O discente será responsável pela apresentação de seminário a respeito de um tema que lhe será atribuído (conforme lista de temas no cronograma). Este seminário consistirá na apresentação oral do discente responsável e no encaminhamento dos debates. O aluno deve, ainda, distribuir o roteiro de sua exposição aos demais colegas e ao docente. Espera-se que, no seminário, o discente aprofunde seus estudos para além dos textos indicados na disciplina, apresentando questões atuais e controvertidas, assim possibilitando reflexões que levem em consideração as contribuições da doutrina e da jurisprudência.</p> <p>A resolução dos questionários será exigida para o debate referente ao tema abordado na aula, assim como entrega de uma via impressa ao docente. Importante destacar que, na resolução do questionário, o discente apresente algumas considerações doutrinárias e jurisprudencial sobre</p>	<p>Revista dos Tribunais, 2016.</p> <p>DANTAS, Bruno. Teoria dos Recursos Repetitivos: tutela pluri-individual nos recursos dirigidos ao STF e ao STJ (arts. 543-B e 543-C do CPC). – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.</p> <p>DANTAS, Bruno. Repercussão Geral: perspectiva histórica, dogmática e de direito comparado; questões processuais. 3a ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.</p> <p>LIMA, Tiago Asfor Rocha. Precedentes Judiciais Cíveis no Brasil. Editora Saraiva.</p> <p>NERY JR, Nelson. Princípios do Processo na Constituição Federal. 10a ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.</p> <p>WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. (coord.). Direito Jurisprudencial.vol.1. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.</p> <p>WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MENDES, Aluisio Goncalves de Castro; MARINONI, Luiz Guilherme. (coords.). Direito Jurisprudencial.vol.2 - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.</p>

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
os temas debatidos, com a finalidade de aprofundamento da análise realizada.						
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Constituição e Direito Penal	Doutorado	NÃO	60	60		CAROLINA COSTA FERREIRA
Ementa				Bibliografia		
<p>Fundamentos do Direito Penal: perspectiva garantista. O objetivo e os limites do Direito Penal. Cognitivismo ou decisionismo: o modelo garantista versus os modelos autoritários. Modelos de Direito Penal: garantias penais e processuais; uma tipologia dos sistemas punitivos; direito penal mínimo e direito penal máximo. Questão penal e questão criminal na atualidade, despenalização (o que castigar), desprisonalização (como castigar). O Direito Penal do Inimigo: a perspectiva garantista. A expansão do Direito Penal. Discurso Midiático e Resposta Punitiva. Processos de criminalização e vitimização das mulheres. Execução Penal e Garantismo. A questão do método na ciência penal.</p> <p>Objetivo geral: Proporcionar uma visão crítica do direito penal a partir dos fundamentos básicos do garantismo penal.</p> <p>Objetivos específicos: Problematizar as temáticas em estudo incentivando a análise crítica e discussão sobre o papel do Direito Penal nos marcos do Estado Democrático; Incentivar a pesquisa científica mediante a análise crítica (re)leitura do direito penal desde uma perspectiva garantista.</p>				<p>FERRAJOLI, L. Direito e Razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: RT, 2006.</p> <p>_____. Democracia y Garantismo. Madrid: Editorial Trotta, 2008.</p> <p>AGUIRRE, Carlos. Cárcere e Sociedade na América Latina. In: MAIA, Clarissa Nunes. et al.(orgs.). História das Prisões no Brasil. Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. Pp. 35-77.</p> <p>ANDRADE, Vera Regina Pereira. A Ilusão de Segurança Jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.</p> <p>_____. Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: códigos de violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.</p> <p>BARATTÀ, Alessandro. La política criminal y el Derecho Penal de la Constitución: nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las Ciencias Penales. Revista de La Facultad de Derecho de La Universidad de Granada, n. 2, 1999.</p> <p>BERGALLI, Roberto. RIVERA BEIRAS, Iñaki. BOMBINI, Gabriel (comps.). Violencia y Sistema Penal. Buenos Aires: Del Puerto, 2008.</p> <p>CARRANZA, Elias. ZAFFARONI, Eugenio R. (orgs.) Los Derechos Fundamentales en la Instrucción Penal en los Países de América Latina. México: Porrúa, 2007.</p> <p>CARVALHO. Pena e Garantias. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.</p> <p>DE GIORGI, Alessandro. A Miséria Governada Através do Sistema Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2006.</p> <p>FERRAJOLI, Luigi. Los Fundamentos de los Derechos Fundamentales. Madrid: Trotta, 2005.</p> <p>_____. Derechos y Garantias: la ley del más débil. Madrid: Editorial Trotta, 2008.</p> <p>_____. Epistemología Jurídica y Garantismo. Cidade do México: BEFDP, 2008.</p> <p>_____. Democracia y Garantismo. Madrid: Trotta, 2010.</p> <p>_____. Por uma Teoria dos Direitos e dos Bens Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011a.</p> <p>_____. Principia Iuris: teoría del derecho y de la democracia. Vol 1. Teoría del derecho. Madrid: Trotta, 2011b.</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa				Bibliografia		
				<p>_____. Principia Iuris: teoría del derecho y de la democracia. Vol 2. Teoría de la democracia. Madrid: Trotta, 2011c.</p> <p>JAKOBS, G. CANCIO MELIÁ. M. Direito Penal do Inimigo: noções e críticas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.</p> <p>GARGARELLA, Roberto. De La Injusticia Penal a la Justicia Social. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes, 2008.</p> <p>MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. Cárcere e Fábrica: as origens do sistema penitenciário. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.</p> <p>MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia Feminista. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>ROXIN, Claus. Estudos de Direito Penal. Rio de Janeiro/São Paulo/Recife: Renovar, 2008</p> <p>SÁNCHEZ, Jesús María Silva. Tiempos de Derecho Penal. Montevideu/Buenos Aires: BDeF, 2009.</p> <p>_____. A Expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: RT, 2011.</p> <p>SCHMIDT, Andrei Zenkner. O Método do Direito Penal: sob uma perspectiva interdisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.</p> <p>_____. Aproximação ao Direito Penal Contemporâneo. São Paulo: RT, 2011.</p> <p>ZAFFARONI, E. R. O Inimigo no Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2007.</p> <p>_____. Em Busca das Penas Perdidas. Rio de Janeiro: Revan, 1991.</p>		
Nome	Grau Acadêmico	Obrigatória?	Carga Horária	Créditos	Área(s) de Concentração	Docente(s)
Ativismo Judicial e Direitos Fundamentais	Doutorado	NÃO	60	60		PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, ROBERTO FREITAS FILHO
Ementa				Bibliografia		
<p>Nestes primeiros anos do milênio, a jurisdição constitucional no Brasil, em fenômeno sentido e estudo em toda parte do mundo, tem obtido protagonismo no cenário político-institucional inédito na história do poder judiciário. A mescla de valores morais e políticos em dispositivos da Constituição confere a temas antes alheios ao ofício do juiz a tarefa de conferir-lhes concretude, obrigando-o a tomada de posição em assuntos controvertidos na sociedade e de potencial</p>				<p>AARNIO, Aulis. "La tesis de la única respuesta correcta y el principio regulativo del razonamiento jurídico". Doxa, n. 8, 1990.</p> <p>AARNIO, Aulis. Lo racional como razonable. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.</p> <p>ACKERMAN, Bruce. "The Storrs Lectures: Discovering the Constitution". Yale Law Journal, vol. 93, 1984.</p> <p>ACKERMAN, Bruce. The Failure or the Founding Fathers. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005</p>		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
<p>polêmico nem sempre calculável quanto aos seus efeitos práticos. Os próprios limites do poder de decidir dos juizes se vê turbado nesse quadro de pasmo ainda não desfeito. O fenômeno dá origem a perplexidades, muitas vezes resumida na imprecisa fórmula “ativismo judicial”. A compreensão do momento atual a esse respeito é indispensável para todos os que lidam com a distribuição da Justiça, quer nas suas atividades-fim, quer nas de suporte. A precisa inteligência desse momento, por sua vez, não prescinde – antes demanda como pressuposto – que se conheçam os instrumentos processuais e institucionais existentes utilizados para implementar essas deliberações. O objetivo desta disciplina é o de expor características do chamado ativismo judicial, no domínio da jurisdição constitucional. O foco central, contudo, estará centrado no campo das técnicas de decisão e de interpretação constitucional que favorecem a que a jurisdição constitucional escape do modelo processual tradicional. A análise de casos, também objeto da disciplina, propiciará uma primeira visão crítica do tema.</p> <p>O conteúdo programático englobará estes tópicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Importância da jurisprudência no Direito Constitucional – nacional e comparado. 2. Características do constitucionalismo atual. 3. A materialização da Constituição e o incremento das funções e responsabilidades dos juizes. 4. O fenômeno do ativismo judicial. Noções intuitivas. Histórico. Dificuldades conceituais. Aspectos políticos. Conexões constitucionais. 5. Instrumental retórico-constitucional do ativismo. Constitucionalização de conceitos morais. O caso da dignidade da pessoa humana. 6. Tipos de decisões na jurisdição constitucional. 7. A tendência à objetivação do processo constitucional no STF: características e efeitos práticos para o restante do Poder Judiciário. Riscos e virtudes. 8. Técnicas de interpretação e de decisão na jurisdição constitucional e sua importância prática – interpretação conforme a Constituição, declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto, modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Sentença aditiva e sentença modificativa. 9. Juízo de proporcionalidade pelo Judiciário e seus limites numa democracia representativa. 	<p>ALEINIKOFF, Alexander. “Constitutional Law in the age of balancing”. Yale Law Journal. n. 96, 1986-1987.</p> <p>ALEXY, Robert. “Derechos, Razonamiento Jurídico y Discurso Racional”. Revista Isonomía, n. 1, outubro 1994</p> <p>ALEXY, Robert. “On balancing and subsumption. A structural comparison”. Ratio Juris, vol. 16, n. 4, dezembro de 2003.</p> <p>ALEXY, Robert. Constitucionalismo Discursivo (trad. Luís Afonso Heck). Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.</p> <p>ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2009.</p> <p>BARCELLOS, Ana Paula de. Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional. Rio: Renovar, 2005</p> <p>BARROS, Suzana de Toledo. O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais. Brasília: Brasília Jurídica, 1996.</p> <p>BARROSO, Luís Roberto. Temas de Direito Constitucional. Rio: Renovar, t. III, 2005.</p> <p>BENDA, Ernst. “The Protection of Human Dignity”. SMU Law Review, vol. 53, 2000</p> <p>BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Juízo de Ponderação na Jurisdição Constitucional. São Paulo, Saraiva, 2009.</p> <p>DWORKIN, Ronald. O Império do Direito (trad. Jefferson Luiz Camargo). São Paulo: Martins Fontes, 1999.</p> <p>FREITAS, Juarez. “A melhor interpretação constitucional ‘versus’ a única resposta correta”. in Virgílio Afonso da Silva. Interpretação constitucional. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>GRAU, Eros Roberto. Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito. São Paulo: Malheiros, 2003.</p> <p>HOLMES, Stephen. “Precommitment and the paradox of democracy”. in Elster e Slagstad (eds.) Constitutionalism and Democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.</p> <p>KELSEN, Hans. Jurisdição Constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>KLATT, Matthias. “Taking rights seriously. A structural analysis of judicial discretion”. Ratio Juris. vol. 20, n. 4, dezembro de 2007.</p> <p>KUMM, Matthias. “Constitutional rights as principles: on the structure and domain of constitutional justice”. International Journal of Constitutional Law (I-CON), vol. 2, n. 3, 2004.</p> <p>MENDES, Gilmar e BRANCO, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>MORAIS Carlos Blanco de. As sentenças intermédias da jurisdição constitucional. Lisboa: AAFDL, 2009.</p>

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Ementa	Bibliografia
10. Estudo de casos.	SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1998. STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. São Paulo: Saraiva, 2011. VALE, André Rufino do, "Aspectos do neoconstitucionalismo". Revista Direito Público. Porto Alegre: Síntese/IOB/IDP, n. 14, 2007.

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

CORPO DOCENTE

Corpo Docente - Titulação e Vínculo

Dados Pessoais			Vínculo				Titulação				
Nome	E-mail	Abreviatura(s)	Categoria no Programa	Horas Dedicção Semanal Instituição	Horas Dedicção Semanal Programa	Instituição	Nível	Ano	País	Instituição	Área
CAROLINA COSTA FERREIRA	CAROLINACFERREIRA@YAHOO.COM.BR	FERREIRA, C. C.	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2016	Brasil	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	-
FABIO LIMA QUINTAS	FABIO.QUINTAS@LCSA.COM.BR	QUINTAS, F. L.; QUINTAS, Fabio	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2013	Brasil	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	-
GEORGES ABOUD	GEORGES.ABOUD@NERYADVOGADOS.COM.BR	ABBOUD, G.	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2013	Brasil	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE CATÓLICA DE SÃO PAULO	-
GILMAR FERREIRA MENDES	AUDIENCIASGILMARMENDES@STF.JUS.BR	MENDES, G.; MENDES, G. F.; MENDES, Gilmar; Mendes, Gilmar; MENDES, Gilmar F.; MENDES, GILMAR FERREIRA; MENDES, Gilmar Ferreira; Mendes, Gilmar Ferreira	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	1990	Alemanha	WESTFÄLISCHE WILHELMS - UNIVERSITÄT MÜNSTER	-

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Dados Pessoais			Vínculo				Titulação				
Nome	E-mail	Abreviatura(s)	Categoria no Programa	Horas Dedicção Semanal Instituição	Horas Dedicção Semanal Programa	Instituição	Nível	Ano	País	Instituição	Área
ILTON NORBERTO ROBL FILHO	NORBERTOR OBL@GMAIL.COM	ROBL FILHO, I.; ROBL FILHO, I. N.; ROBL FILHO, ILTON NORBERTO; ROBL FILHO, Ilton Norberto	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2012	Brasil	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	-
JOAO PAULO BACHUR	joaopbachur@hotmail.com	BACHUR, J. P.	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2009	Brasil	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	-
JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO	ZEROBERTO.AFONSO@GMAIL.COM	AFONSO, J. R. R.; AFONSO, José Roberto; Afonso, José Roberto	PERMANENTE	40	20	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2010	Brasil	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	-
JULIA MAURMANN XIMENES	juliamaurmann@uol.com.br	Julia Maurmann Ximenes; XIMENES, J. M.; Ximenes, Julia Maurmann	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2007	Brasil	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	-
LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES	LAURASCHE RTEL@HOTMAIL.COM	MENDES, L. S. F.	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2014	Alemanha	HUMBOLDT-UNIVERSITÄT ZU BERLIN	-

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Dados Pessoais			Vínculo				Titulação				
Nome	E-mail	Abreviatura(s)	Categoria no Programa	Horas Dedicção Semanal Instituição	Horas Dedicção Semanal Programa	Instituição	Nível	Ano	País	Instituição	Área
OSMAR MENDES PAIXAO CORTES	osmar@cortesmadeira.com.br	CÔRTEES, O. M. P.	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2007	Brasil	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	-
PAULO GUSTAVO GONET BRANCO	mestrado@idp.edu.br	BRANCO, P. G. G.; Branco, Paulo Gonet; Branco, Paulo Gustavo G.; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2008	Brasil	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	-
ROBERTO FREITAS FILHO	freitasfilho.roberto@gmail.com	FILHO, R. F.; FILHO, ROBERTO FREITAS; FREITAS FILHO, R.; FREITAS FILHO, Roberto	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2006	Brasil	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	-
SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR	mestrado@idp.edu.br	VICTOR, S. A. F.	PERMANENTE	40	40	INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO	Doutorado	2013	Brasil	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	-

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Corpo Docente - Atividades de Formação (Orientação, disciplinas, projetos)

Nome	Categoria	Orientações Concluídas							Disciplinas	Total em Andamento*	Participação em Projetos de Pesquisa		
		Graduação		Pós-Graduação							Na Proposta**		
		IC	TCC	ESP	MP	ME	DO	DR			Total	Responsável	Membro
CAROLINA COSTA FERREIRA	PERMANENTE	2	76	0	0	0	0	0	2	4	4	4	0
FABIO LIMA QUINTAS	PERMANENTE	0	3	5	0	5	0	0	1	0	0	0	0
GEORGES ABOUD	PERMANENTE	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0
GILMAR FERREIRA MENDES	PERMANENTE	0	0	0	0	31	3	0	2	0	5	5	0
ILTON NORBERTO ROBL FILHO	PERMANENTE	0	0	0	0	1	0	0	1	0	3	3	0
JOAO PAULO BACHUR	PERMANENTE	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0
JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO	PERMANENTE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0
JULIA MAURMANN XIMENES	PERMANENTE	0	0	0	0	19	0	0	2	0	2	2	0
LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES	PERMANENTE	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0
OSMAR MENDES PAIXAO CORTES	PERMANENTE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
PAULO GUSTAVO GONET BRANCO	PERMANENTE	0	0	0	0	22	0	0	2	0	1	1	0
ROBERTO FREITAS FILHO	PERMANENTE	0	0	0	0	18	2	0	2	0	1	1	0
SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR	PERMANENTE	0	0	0	0	3	0	0	2	0	1	1	0

IC: Iniciação Científica

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

ESP: Especialização

MP: Mestrado Profissional

DR: Doutorado Profissional

ME: Mestrado Acadêmico

DO: Doutorado Acadêmico

*Quantitativo declarado no preenchimento da proposta relativo a todos os projetos em andamento que o(a) docente participa, independente se em proposta de programa/curso novo ou ativo no SNPG.

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

****Quantitativo consolidado com base em todos os projetos que o(a) docente foi citado(a) como membro na proposta.**

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Produção do Docente: Quantitativos declarados (Geral) e consolidados com base nas produções declaradas na proposta (Recente)

Nome																	Categoria					
CAROLINA COSTA FERREIRA																	PERMANENTE					
Total Geral	Bibliográfica					Técnica											Artística					
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
54	11	2	0	8	21	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	26	33	0	0	0	0	0
5	3	2	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																	Categoria					
FABIO LIMA QUINTAS																	PERMANENTE					
Total Geral	Bibliográfica					Técnica											Artística					
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
77	23	3	0	14	40	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	34	37	0	0	0	0	0
5	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																	Categoria					
GEORGES ABOUD																	PERMANENTE					
Total Geral	Bibliográfica					Técnica											Artística					
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
98	36	46	0	6	88	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	6	10	0	0	0	0	0
5	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																	Categoria					
GILMAR FERREIRA MENDES																	PERMANENTE					
Total Geral	Bibliográfica					Técnica											Artística					
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
536	150	136	1	0	287	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	236	249	0	0	0	0	0
5	1	4	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																	Categoria					
ILTON NORBERTO ROBL FILHO																	PERMANENTE					

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
185	19	20	4	0	43	0	0	0	0	54	0	0	0	0	0	88	142	0	0	0	0	0
5	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																	Categoria					
JOAO PAULO BACHUR																	PERMANENTE					
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
49	12	7	4	0	23	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	8	26	0	0	0	0	0
5	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																	Categoria					
JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO																	PERMANENTE					
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
1728	213	5	60	0	278	0	0	0	0	176	0	0	0	0	0	1274	1450	0	0	0	0	0
5	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																	Categoria					
JULIA MAURMANN XIMENES																	PERMANENTE					
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
202	21	12	1	0	34	0	0	0	0	14	0	0	0	0	0	154	168	0	0	0	0	0
5	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																	Categoria					
LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES																	PERMANENTE					
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
48	11	6	0	0	17	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	18	31	0	0	0	0	0
5	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nome																		Categoria				
OSMAR MENDES PAIXAO CORTES																		PERMANENTE				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
109	15	39	0	0	54	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	54	55	0	0	0	0	0
5	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
PAULO GUSTAVO GONET BRANCO																		PERMANENTE				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
216	22	37	0	0	59	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	150	157	0	0	0	0	0
5	4	1	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
ROBERTO FREITAS FILHO																		PERMANENTE				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
130	22	19	3	0	44	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	85	86	0	0	0	0	0
5	5	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome																		Categoria				
SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR																		PERMANENTE				
Total Geral	Bibliográfica					Técnica												Artística				
Total Recente	AP	LIV	TA	OPB	TPB	DMDI	DA	ED	DP	AT	ST	CCD	OE	PRT	DT	OPT	TPT	AC	AV	MUS	OPA	TPA
49	4	5	1	0	10	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	38	39	0	0	0	0	0
5	3	2	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

AP: Artigo em Periódico

OPB: Outras Produções Bibliográficas (Artigo em Jornais e Revistas, Tradução, Partitura, Outros)

DA: Desenvolvimento de Aplicativo

AT: Apresentação de Trabalho

LIV: Livros

TPB: Total de Produções Bibliográficas

ED: Editoria

ST: Serviço Técnico

TA: Trabalho em Anais

DMDI: Desenvolvimento de Material Didático e Instrucional

DP: Desenvolvimento de Produto

CCD: Curso de Curta Duração

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

OE: Organização de Eventos

OPT: Outras Produções Técnicas (Relatório de Pesquisa,
Manutenção de Obra Artística,

AC: Artes Cênicas

PRT: Programa de Rádio ou TV

Maquete, Cartas e Mapas)

AV: Artes Visuais

DT: Desenvolvimento de Técnica

TPT: Total de Produções Técnicas

MUS: Música

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Corpo Docente - Atuação em Outra(s) Proposta(s) submetidas no Período ou em Programa(s) já existentes

Nome	Categoria	Situação em Outras Propostas e/ou Programas										
		Outro(s) Programa(s) Proposto(s) no Período							Programa(s) Ativo(s) no SNPG*			
		IES	Nº/Ano	Programa	Categoria	Dedicação (horas)		Área de Avaliação	IES	Programa	Categoria	Área de Avaliação
IES	PPG											
CAROLINA COSTA FERREIRA	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
FABIO LIMA QUINTAS	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
GEORGES ABOUD	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
GILMAR FERREIRA MENDES	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
GILMAR FERREIRA MENDES	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (53019016002P5)	COLA.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nome	Categoria	Situação em Outras Propostas e/ou Programas										
		Outro(s) Programa(s) Proposto(s) no Período							Programa(s) Ativo(s) no SNPG*			
		IES	Nº/Ano	Programa	Categoria	Dedicação (horas)		Área de Avaliação	IES	Programa	Categoria	Área de Avaliação
IES	PPG											
ILTON NORBERTO ROBL FILHO	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	UFPR	DIREITO (40001016017P3)	COLA.	DIREITO
ILTON NORBERTO ROBL FILHO	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
JOAO PAULO BACHUR	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
JOAO PAULO BACHUR	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (53019016002P5)	COLA.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
JOAO PAULO BACHUR	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP-SP	DIREITO, JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO (35133007001P5)	PERM.	INTERDISCIPLINAR

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nome	Categoria	Situação em Outras Propostas e/ou Programas										
		Outro(s) Programa(s) Proposto(s) no Período							Programa(s) Ativo(s) no SNPG*			
		IES	Nº/Ano	Programa	Categoria	Dedicação (horas)		Área de Avaliação	IES	Programa	Categoria	Área de Avaliação
IES	PPG											
JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (53019016002P5)	PERM.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
JULIA MAURMANN XIMENES	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
OSMAR MENDES PAIXAO CORTES	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Nome	Categoria	Situação em Outras Propostas e/ou Programas											
		Outro(s) Programa(s) Proposto(s) no Período							Programa(s) Ativo(s) no SNPG*				
		IES	Nº/Ano	Programa	Categoria	Dedicação (horas)		Área de Avaliação	IES	Programa	Categoria	Área de Avaliação	
IES	PPG												
PAULO GUSTAVO GONET BRANCO	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
ROBERTO FREITAS FILHO	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	PERM.	DIREITO
SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	-	IDP	Direito Constitucional (53019016001P9)	COLA.	DIREITO
SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR	PERMANENTE	-	-/-	-	-	-	-	-	-	UNINOVE	DIREITO (33092010011P1)	PERM.	DIREITO

*Programa(s) que estejam na situação Em Funcionamento ou Em Projeto no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e no(s) qual(is) o(a) Docente consta com atuação em curso na data de encerramento do Edital de Submissão de Proposta de Programa/Curso Novo.

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Corpo Docente - Projetos de Pesquisa

Projeto de Pesquisa: Entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário

Data de Início: 03/10/2016

Financiador: Conselho Nacional de Justiça

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: Levantamento sobre a aplicação da Lei Maria da Penha no sentido de identificar práticas e resultados de acordos ou sentenças, quais são mais favoráveis a que o agressor não venha a reincidir no crime de violência doméstica, buscando identificar o recidivismo frente a lei, comparando práticas restaurativas e retributivas

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
CAROLINA COSTA FERREIRA	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Audiência de Custódia, Prisão Provisória e Medidas Cautelares - Obstáculos Institucionais e Ideológicos à Efetivação da Liberdade como Regra

Data de Início: 18/10/2016

Financiador: Conselho Nacional de Justiça

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: A pesquisa se propõe a investigar os elementos estruturais e ideológicos que fomentam o uso abusivo da prisão provisória no Brasil, mais especificamente em seis estados da Federação: Tocantins, Alagoas, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Para tanto, buscará identificar quais as modificações implementadas em cada um dos seis estados pesquisados, no âmbito do Poder Judiciário, para a implementação das audiências de custódia e das medidas cautelares no processo penal. Também será analisada a percepção dos operadores jurídicos envolvidos com a implementação das audiências sobre suas potencialidades, assim como sobre as dificuldades para a sua implementação

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
CAROLINA COSTA FERREIRA	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Audiências de Custódia

Data de Início: 27/10/2015

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: Em abril de 2015, o IDDD firmou um Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ) com o objetivo de conjugar esforços para viabilizar a implementação do ?Projeto Audiência de Custódia?. Essa cooperação técnica acontece em âmbito nacional e cabe ao IDDD, enquanto organização da sociedade civil, exercer o acompanhamento, a análise e o monitoramento do projeto, visando a avaliar seus impactos, coletar dados e sinalizar seu impacto no sistema de justiça criminal brasileiro. Em São Paulo, estado que possui a maior população carcerária do país (220 mil pessoas segundo o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias ? INFOPEN, com dados referentes a junho/2014), o IDDD monitorou a realização das audiências de custódia entre fevereiro e julho de 2015 para observar os seus mecanismos de funcionamento e coletar dados e informações relevantes para a avaliação do projeto. Clique aqui para acessar ou fazer o download do relatório completo com os dados sistematizados desse monitoramento. Nos demais estados, o Instituto tem acompanhado o desenvolvimento do projeto por meio de informações enviadas mensalmente pelos Tribunais de Justiça. Paralelamente, o IDDD busca parceiros (organizações, faculdades ou grupos de estudos) que possam monitorar as audiências, nos moldes do que tem sido feito em São Paulo, de modo a permitir que se faça uma avaliação crítica do desenvolvimento do projeto nas diferentes localidades em que ele está sendo implementado. Os resultados desse monitoramento serão reunidos em um relatório, que deve ser lançado até o final do primeiro semestre de 2016. A equipe de pesquisa é composta pelo Diretor Hugo Leonardo, a Diretora Executiva Isadora Fingerhann, a Coordenadora Geral Amanda Oi, a advogada Vivian Peres da Silva e a pesquisadora Ana Luiza Bandeira. Além disso, o Instituto conta com o auxílio da consultora em pesquisa Maíra Machado. Para o monitoramento nos estados, o IDDD conta com o apoio dos seguintes colaboradores voluntários: Bahia ? Laboratório de estudos sobre crime e sociedade (LASSOS/UFBA). Responsável/contato: Mariana Possas Ceará ? Responsáveis/contatos: Rafael Barros Pires, Larissa Cristina Nunes Cunha e Ruth Leite Vieira. Pesquisadores: Ana Paula Soares Barreira, Thiago Alberine Marques Oliveira, Mara Huana Bittencourt Fontenelle e Débora Ximenes Leite Distrito Federal ? Criminologia do Enfrentamento ? Grupo de Pesquisa de Análise e

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Enfrentamento de Discursos Punitivos. Responsável/contato: Carolina Costa Ferreira Minas Gerais ? Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Responsável/contato: Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro. Pesquisadoras: Sara Prado e Yolanda Maia Paraná ? Grupo Restaurando Londrina. Responsável/contato: Leonardo Martins Felix. Pesquisadoras: Ana Rita da Silva Vieira e Eulina Rocha de Siqueira Pernambuco ? Grupo Asa Branca de Criminologia. Responsável/contato: Manuela Abath Valença e Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares ? GAJOP. Responsáveis/contato: Edna Jatobá e Deila Martins. Pesquisadores: Davi Pinheiro e Gisele Meneses Rio de Janeiro ? Centro de Estudos de Segurança (Cesec) e Cidadania e Instituto de Estudos da Religião (ISER). Responsável/contato: Márcia Fernandes Rio Grande do Norte ? Responsável/contato: Gabriel Bulhões. Pesquisadores: Rosivaldo Toscano, Fábio Ataíde, Keity de Saboya, Manuel Sabino e Ivanaldo Bezerra.

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
CAROLINA COSTA FERREIRA	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: CNJ Acadêmico - Descarcerização e Sistema Penal: a construção de políticas públicas de racionalização do poder punitivo

Data de Início: 03/10/2011

Financiador: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: Projeto financiado pela CAPES, com o apoio do Conselho Nacional de Justiça, realizado pelo GCCrim/UnB em conjunto com o Núcleo de Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança (UFPE), coordenado pelo Prof. José Luiz Ratton, e do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (PUCRS), coordenado pelo Prof. Rodrigo Azevedo. A Coordenação-Geral da pesquisa é de responsabilidade do Prof. Rodrigo Azevedo. O objetivo da pesquisa é discutir alguns movimentos de descarcerização do sistema penal. Pretende-se realizar diagnóstico nos planos fático e normativo a respeito da prisão provisória, da aplicação de penas alternativas, da utilização do monitoramento eletrônico de presos e das principais reformas legais em tramitação no Congresso Nacional, para identificar dinâmicas descarcerizantes em cada uma destas dimensões, desde o processo de criminalização primária até a execução penal. A pesquisa envolverá a coleta de dados quantitativos e pesquisas qualitativas, utilizando análise de discurso, surveys e análise estatística

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
CAROLINA COSTA FERREIRA	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: O Controle do Endividamento Público

Data de Início: 06/10/2014

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: O foco da atenção dispensada a este tema deve abranger esta dimensão do problema , buscando avaliar as possibilidades de serem adotadas soluções que inibam os excessos de endividamento, a partir de instâncias externas de controle sobre a administração local e de um maior transparência das decisões de endividamento, que permitam ao contribuinte exercer algum poder de pressão sobre os seus governantes.

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
GILMAR FERREIRA MENDES	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Federalismo Fiscal no Brasil

Data de Início: 13/10/2014

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: A reforma tributária precisa ser discutida à luz de uma proposta mais ampla, de construção de um novo modelo de federalismo fiscal, que contribua para ajustar o perfil da federação brasileira às exigências deste final de século e à busca de um Estado mais eficiente. Requer-se um novo mecanismo de partilha de competências

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

impositivas e a reconstrução de um sistema de transferências intergovernamentais que equipare a repartição de poderes e de recursos e, por conseguinte, promova o equilíbrio

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
GILMAR FERREIRA MENDES	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Regulação e Mercados

Data de Início: 20/10/2014

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: Busca-se definir os espaços de atuação de agências federais, estaduais e municipais, construir um relacionamento que evite conflitos de jurisdição, estabelecer regras claras a respeito, e criar um clima de respeito mútuo e de entendimento. O trabalho sobre este tema estará voltado para fornecer algumas sugestões de reorganização institucional e de procedimentos necessários ao bom funcionamento da regulação na federação.

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
GILMAR FERREIRA MENDES	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Financiamento e Gestão de Políticas Sociais

Data de Início: 20/10/2014

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: O equilíbrio entre repartição de recursos e de responsabilidades na área social é um dos problemas mais difíceis de serem resolvidos em regimes federativos como

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

o brasileiro, onde a existência de acentuadas desigualdades regionais e sociais sobrepõe-se às conhecidas dificuldades financeiras do Estado.

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
GILMAR FERREIRA MENDES	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Constitutional Law & Political Science Group

Data de Início: 20/10/2014

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Processo e jurisdição constitucional

Descrição: The Constitution of a democratic rule of law is its supreme law, and its aim is to regulate the status of political power and the fundamental rights of its citizens. Its approval is, thus, the highest manifestation of sovereignty and political unity of a people. A law of such high importance and in which are deposited the " game rules " of the political system requires, in most states, high stability. For that reason, its formal amendment is processed through special, solemn and demanding constitutional review processes, requiring broad consensus among political forces, and involving qualified majorities for approval. However, besides these formal review processes, informal changes are recorded in the Constitution operated through the courts interpretation, through customs and political practices and through the influence of supranational European Union law, from which mutations occur is such a way that the normative text starts existing with a different meaning or with the lack of effectiveness of some rules. The vital importance of informal changes to the Constitution at the present time relates to the need to find a solution to a major dilemma: - Without them, the Constitution tends to lapse and confine itself to the political and social reality where it is applicable, without fulfilling its integrative function of pluralistic diversity; - Due to certain mutations which derogate the Constitution and add new rules, the fundamental law changes apart of the political consensus, the established formal rules and the popular will, generating silent transitions and whose voidity and legitimacy are questionable. Today informal mutations are an unavoidable reality but still not widely discussed. The central objective of this research is to think of the difficult situations that the unspoken mutations cause and devising the limits of its political and legal admissibility.

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
GILMAR FERREIRA MENDES	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DEMOCRACIA NOS ÂMBITOS SUBNACIONAL, NACIONAL E REGIONAL: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DE DIREITOS HUMANOS

Data de Início: 05/10/2015

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Processo e jurisdição constitucional

Descrição: O Poder Judiciário possui um papel de relevo no Estado Democrático de Direito. O modelo (tipo) de Estado Democrático de Direito é composto por dois elementos estruturais em constante relação e tensão: a democracia, de um lado, e a limitação do poder e a garantia dos direitos, por outro lado (ABENDROTH, FORSTHOFF, DOEHRING, 1986; CANOTILHO, 1999; COSTA, 2006; NOVAIS, 2006, O'DONNELL, 1998). A democracia constitui-se, em linhas gerais, na soberania popular, sendo o poder exercido de maneira direta pelos cidadãos e/ou pelos representantes populares. A fórmula de construção democrática por excelência constitui-se na regra da maioria. Por sua vez, o Estado de Direito constitui-se em uma concepção estatal que prima pela limitação do poder e pela garantia dos direitos e, em especial, dos direitos humanos e fundamentais. Esse modelo estatal acredita que qualquer poder, até o democrático, deve possuir alguns limites, os quais são materiais e procedimentais. No âmbito material, há relações e situações que devem ser promovidas e garantidas como a liberdade, a igualdade e a dignidade. Ainda, no Estado de Direito, os órgãos e os agentes estatais necessitam seguir um conjunto de procedimentos previamente estabelecidos. Os direitos fundamentais constituem-se tanto em limites materiais como em limites formais. O direito geral à liberdade proíbe que se restrinja, sem uma razão constitucional, a liberdade dos cidadãos. A garantia do devido processo, por sua vez, permite a intervenção do Estado sobre a vida e o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas desde que seguidas as regras processuais pertinentes. Desse modo, no século XXI, o Poder Judiciário tanto no âmbito interno (subnacional e nacional) como regional exerce importantes funções no Estado Democrático de Direito como i) fiscalizar se a utilização do poder estatal pelos agentes e órgãos estatais encontra-se em conformidade com a legalidade constitucional e a democracia, ii) zelar pelo respeito e pela promoção dos direitos fundamentais pelo Estado e pelos particulares e, nos Estados Federais, iii) garantir a delimitação das competências entre os entes federativos previstas na Constituição Federal e resolver

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

conflitos de competências entre os membros da Federação. Assim, este projeto de pesquisa analisará se o Tribunais de Justiça, o Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana, por meio das suas jurisprudência, cumprem as funções do Poder Judiciário na estrutura do Estado Democrático de Direito

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
ILTON NORBERTO ROBL FILHO	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Controle Judicial no Estado Democrático de Direito: o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça

Data de Início: 23/10/2013

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Processo e jurisdição constitucional

Descrição: Este Projeto de Pesquisa analisará o controle judicial no Estado Democrático de Direito brasileiro. Trata-se de pesquisa que observará o controle judicial em uma dupla perspectiva: i) controle que o Poder Judiciário exerce sobre o Estado, a sociedade civil e os cidadãos por meio do controle judicial de constitucionalidade e ii) controle interno e externo sobre o Poder Judiciário. Para enfrentar o tema do controle judicial no Estado Democrático de Direito, serão estudadas a maneira pela qual o Supremo Tribunal Federal exerce o controle concentrado de constitucionalidade e as consequências políticas e jurídicas desse controle, fazendo o levantamento empírico de todas as decisões do STF no controle concentrado a partir de 1988. Também será observado como o CNJ utiliza suas competências constitucionais para promover o controle do Poder Judiciário. Desenvolver-se-ão as concepções teóricas sobre o Estado Democrático de Direito e da accountability neste projeto, utilizando-se ainda os estudos empíricos do Direito e uma nova visão do Direito Comparado Constitucional nesta pesquisa

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
ILTON NORBERTO ROBL FILHO	PERMANENTE	SIM

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Projeto de Pesquisa: Jurisdição constitucional e democracia

Data de Início: 14/10/2013

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Processo e jurisdição constitucional

Descrição: Após longo processo de redemocratização iniciado em 1985, inúmeros desafios teórico-práticos ainda se apresentam no campo jurídico brasileiro. Passados mais de 23 anos da promulgação da vigente Constituição, questões como a concretização de Direitos Fundamentais, o Ativismo Judicial, a eficácia de garantias fundamentais e os limites dos poderes em uma democracia constitucional assumem contornos de extrema relevância em função do déficit de efetividade que tais demandas ainda apresentam. Tal cenário, muito presente em sociedade de modernidade tardia, como o Brasil, engendra uma crise paradigmática de dupla face: por um lado, paradigmática, com a não superação dos elementos centrais do modelo positivista, refratário às demandas de uma sociedade complexa e pluralista; e, de outro lado, a crise dos modelos interpretativos baseados em velhos esquemas da filosofia da consciência. Tudo isso resulta no contexto atual, marcado pela baixa constitucionalidade que se produz (e reproduz) na prática do direito, em sua difusão dogmática e no seu modelo de ensino. É a partir da reflexão, encetada a partir do marco teórico do Neoconstitucionalismo, que emerge a centralidade contemporânea dos fenômenos da Jurisdição Constitucional e da democracia. Desta reflexão maior emergem questões de suma importância para a consolidação democrática (pós-1988), tais como: i) problemas sobre o acesso à justiça, ii) impasses em relação às garantias fundamentais no processo penal, iii) a formação de uma tutela efetiva dos Direitos Fundamentais e Difusos em face da transnacionalidade que afeta o campo do jurídico global. Trata-se de projeto vinculado ao grupo de pesquisa Jurisdição Constitucional e Democracia, do projeto de mestrado em Direito da UPF

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
ILTON NORBERTO ROBL FILHO	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Poupança e Previdência Complementar no Brasil

Data de Início: 05/10/2015

Financiador: -

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: Objetivo da pesquisa é o desenvolvimento de um estudo técnico para subsidiar a proposição de medidas que visem à consolidação e expansão do sistema de previdência privada complementar e da poupança no Brasil.

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: O exercício ?institucional? do papel do Supremo Tribunal Federal- STF na definição do conceito de preceito fundamental na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ? ADPF

Data de Início: 10/10/2016

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Processo e jurisdição constitucional

Descrição: A atuação do Supremo Tribunal Federal ? STF tem sido objeto de muita análise e crítica a partir dos eventuais exageros na definição de questões de cunho jurídico-político. A partir desta premissa, o objeto do presente projeto de pesquisa é analisar o significado atribuído pelo STF ao ?preceito fundamental? na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ? ADPF. A hipótese é da ausência de critérios e parâmetros na admissão da arguição e assim um discurso que permite um excesso de discricionariedade, individual e institucional

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
JULIA MAURMANN XIMENES	PERMANENTE	SIM

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Projeto de Pesquisa: Judicialização e Democracia

Data de Início: 14/10/2013

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Processo e jurisdição constitucional

Descrição: Articulação da judicialização e da democracia a partir de duas possíveis análises a linguagem (argumentação) própria do campo jurídico e a legitimidade. Buscar-se-á a análise dos impactos diretos (materiais) e indiretos (simbólicos) da judicialização para a democracia. O cerne da tensão entre campo político e jurídico permanece, mas agora a análise metodológica trabalhará com os impactos na democracia. O projeto integra a linha de pesquisa Direitos e Garantias Fundamentais do Mestrado do IDP

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
JULIA MAURMANN XIMENES	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Centro de Estudos de Direito, Internet e Sociedade

Data de Início: 13/10/2014

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais

Descrição: A edição do novo marco normativo da internet (Lei n. 12.965/2014) representou importante passo para o desenvolvimento da sociedade da informação no país. O momento encerra desafios relacionados ao processo de implementação das novas regras instituídas pelo marco civil e o fato de condição de norma mínima, insuficiente diante de todo o dinâmico processo de transformação das novas tecnologias da informação e seus efeitos nos setores da sociedade, inclusive no plano global. Como forma de endereçar estes desafios, propõe-se a construção de um espaço acadêmico que contribua com o processo de implementação do novo marco legal e com propostas para os desafios jurídicos da sociedade da informação em constante transformação

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Definição conceitual e aplicação pela Jurisprudência do STF do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Data de Início: 17/10/2013

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Processo e jurisdição constitucional

Descrição: A importância prática do princípio da dignidade da pessoa humana vem gerando relevantes controvérsias em torno da sua utilidade e mesmo da viabilidade de se cogitar de um direito fundamental à dignidade. As coordenadas técnicas e filosóficas em que o tema da dignidade humana se multiplica tornam o seu exame imprescindível visando à construção de um sentido controlável. Nesse quadro, o grupo estudará o trato desse princípio na jurisprudência brasileira

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
PAULO GUSTAVO GONET BRANCO	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Decisões do Supremo Tribunal Federal no controle judicial de políticas públicas prestacionais de saúde e educação

Data de Início: 14/10/2014

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Processo e jurisdição constitucional

Descrição: A partir do postulado de que há uma mudança relativamente recente na atuação do Poder Judiciário em relação à teoria tradicional sobre os limites de apreciação das questões políticas, a pesquisa que ora se propõe visa: 1. Verificar quais os limites de atuação do STF em relação aos aspectos de construção de regras para o funcionamento dos sistemas que permitem a oferta de serviços de saúde e de educação, objeto de atuação do Poder Executivo e questão tradicionalmente fora do escopo de

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

apreciação do Judiciário. Para tanto, identificar-se-á quais são os casos em que o Supremo Tribunal Federal - STF, órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, entende que há discussão sobre conflitos envolvendo o tema das políticas públicas prestacionais de saúde e educação. 2. Identificar e compreender os elementos componentes da retórica de justificação da possibilidade de controle judicial de políticas públicas prestacionais pelo Judiciário, argumentos constantes das decisões do STF em relação às políticas de saúde e educação. 3. Produzir reflexão prescritiva sobre os limites desejáveis do controle da execução das políticas públicas prestacionais pelo Executivo, tendo em vista o arranjo institucional do Estado brasileiro

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
ROBERTO FREITAS FILHO	PERMANENTE	SIM

Projeto de Pesquisa: Jurisdição Constitucional, Democracia e Direitos Fundamentais

Data de Início: 14/10/2008

Financiador: -

Linha de Pesquisa: Processo e jurisdição constitucional

Descrição: Grupo de pesquisa coordenado pelo professor doutor Roberto Freitas Filho

Docente(s) na Equipe do Projeto de Pesquisa

Nome	Categoria	Responsável?
SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR	PERMANENTE	SIM

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Corpo Docente - Identificação Nominal da Produção Recente

JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Uma História da Lei Brasileira de Responsabilidade Fiscal

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE)

Qualis: A1

Autor: JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO

Data da Publicação: 10/11/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Uma História da Lei Brasileira de Responsabilidade Fiscal; 10/11/2016; Não; Completo; (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE); 13; 126-154; Português;

Título: Embates Federativos pelas Participações nas Rendas de Petróleo

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE)

Qualis: A1

Autor: JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO

Data da Publicação: 01/07/2016

Coautor(es): Livia Amorim

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Embates Federativos pelas Participações nas Rendas de Petróleo; 01/07/2016; Não; Completo; (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE); 13; 209-234; Português;

Título: Dívida Pública no Brasil: Diferentes Medidas e Significados

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2179-7943) REVISTA ESPAÇO JURÍDICO

Qualis: A1

Autor: JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO

Data da Publicação: 08/08/2017

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Dívida Pública no Brasil: Diferentes Medidas e Significados; 08/08/2017; Não; Completo; (2179-7943) REVISTA ESPAÇO JURÍDICO; 18; 309-320; Português; <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/15135>;

Título: ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL: HISTÓRIA E PREMÊNCIA DE REFORMA -- PUBLIC BUDGET IN BRAZIL: HISTORY AND URGENT REFORM

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2179-7943) REVISTA ESPAÇO JURÍDICO

Qualis: A1

Autor: JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO

Data da Publicação: 01/06/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL: HISTÓRIA E PREMÊNCIA DE REFORMA -- PUBLIC BUDGET IN BRAZIL: HISTORY AND URGENT REFORM; 01/06/2016; Não; Completo; (2179-7943) REVISTA ESPAÇO JURÍDICO; 17; 9-28; Português; <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/9555>;

Título: Memória da Assembleia Constituinte de 1987/1988: o Sistema Financeiro

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE)

Qualis: A1

Autor: JOSE ROBERTO RODRIGUES AFONSO

Data da Publicação: 01/04/2015

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Memória da Assembleia Constituinte de 1987/1988: o Sistema Financeiro; 01/04/2015; Não; Completo; (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE); IX; 131-154; Português;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

GEORGES ABOUD

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Interpretação e aplicação dos provimentos vinculantes do Novo Código de Processo Civil a partir do paradigma pós-positivismo

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: GEORGES ABOUD

Data da Publicação: 01/01/2015

Coautor(es): MARCOS DE ARAÚJO CAVALCANTI

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Interpretação e aplicação dos provimentos vinculantes do Novo Código de Processo Civil a partir do paradigma pós-positivismo; 01/01/2015; Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 245; 351-377; Português;

Título: Ativismo judicial e instrumentalidade do processo: diálogos entre discricionariedade e democracia

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: GEORGES ABOUD

Data da Publicação: 01/01/2015

Coautor(es): GUILHERME LUNELLI

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Ativismo judicial e instrumentalidade do processo: diálogos entre discricionariedade e democracia; 01/01/2015; Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 242; 40; 19-46; Português;

Título: INCONSTITUCIONALIDADES DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE

Destaque*: NÃO

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) E OS RISCOS AO SISTEMA DECISÓRIO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: GEORGES ABBOUD

Data da Publicação: 12/02/2015

Coautor(es): MARCOS DE ARAÚJO CAVALCANTI

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; INCONSTITUCIONALIDADES DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) E OS RISCOS AO SISTEMA DECISÓRIO; 12/02/2015; Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 240; fevereiro; 221-242; Português;

Título: O CPC/2015 e o risco de uma juristocracia: a correta compreensão do função dos tribunais superiores entre o ativismo abstrato das teses e o julgamento do caso concreto

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-2589) REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL (IMPRESSO)

Qualis: B1

Autor: GEORGES ABBOUD

Data da Publicação: 01/01/2016

Coautor(es): NELSON NERY JUNIOR

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; O CPC/2015 e o risco de uma juristocracia: a correta compreensão do função dos tribunais superiores entre o ativismo abstrato das teses e o julgamento do caso concreto; 01/01/2016; Não; Completo; (0100-2589) REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL (IMPRESSO); 93; Português;

Título: Controle de constitucionalidade pelo STJ: uma medida contra legem?

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: GEORGES ABBOUD

Data da Publicação: 06/01/2016

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Coautor(es): RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA, JULIANA MIEKO RODRIGUES OKA

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Controle de constitucionalidade pelo STJ: uma medida contra legem?; 06/01/2016; Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 253; Português;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

ILTON NORBERTO ROBL FILHO

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, COM DESTAQUE PARA O PROBLEMA DA SUA COLISÃO COM OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS, EM ESPECIAL, COM OS DIREITOS DE PERSONALIDADE

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2177-8256) REVISTA ELETRÔNICA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Qualis: B1

Autor: ILTON NORBERTO ROBL FILHO

Data da Publicação: 04/09/2017

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, COM DESTAQUE PARA O PROBLEMA DA SUA COLISÃO COM OUTROS DIREITOS FUNDAMENTAIS, EM ESPECIAL, COM OS DIREITOS DE PERSONALIDADE; 04/09/2017; Não; Completo; (2177-8256) REVISTA ELETRÔNICA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL; 8; 112-142; português;

Título: Autogoverno e Autolegislação dos Estados-membros na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Ações Diretas de Inconstitucionalidade e art. 25 da Constituição Federal Brasileira

Destaque*: NÃO

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

ISSN - Título: (1983-9286) PRISMA JURÍDICO (ONLINE)

Qualis: B1

Autor: ILTON NORBERTO ROBL FILHO

Data da Publicação: 03/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Autogoverno e Autolegislação dos Estados-membros na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Ações Diretas de Inconstitucionalidade e art. 25 da Constituição Federal Brasileira; 03/10/2016; Não; Completo; (1983-9286) PRISMA JURÍDICO (ONLINE); 15; 181-202; português;

Título: The Inter-American and European contexts of human rights protection: a brief comparative analysis of regional Courts' decisions

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2236-7284) REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR

Qualis: A2

Autor: ILTON NORBERTO ROBL FILHO

Data da Publicação: 04/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; The Inter-American and European contexts of human rights protection: a brief comparative analysis of regional Courts' decisions; 04/10/2016; Não; Completo; (2236-7284) REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR; 61; 67-89; português;

Título: DIREITO E DESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1982-4858) REVISTA JURÍDICA (FURB. ONLINE)

Qualis: B1

Autor: ILTON NORBERTO ROBL FILHO

Data da Publicação: 03/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; DIREITO E DESENVOLVIMENTO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS; 03/10/2016; Não; Completo; (1982-4858) REVISTA JURÍDICA (FURB. ONLINE); 20; 5-36; português;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Título: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO E CONCENTRADO NO BRASIL, ESPANHA, ITÁLIA, MÉXICO E PORTUGAL

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1405-9193) CUESTIONES CONSTITUCIONALES: REVISTA MEXICANA DE DERECHO CONSTITUCIONAL

Qualis: A1

Autor: ILTON NORBERTO ROBL FILHO

Data da Publicação: 04/10/2017

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO E CONCENTRADO NO BRASIL, ESPANHA, ITÁLIA, MÉXICO E PORTUGAL; 04/10/2017; Não; Completo; (1405-9193) CUESTIONES CONSTITUCIONALES: REVISTA MEXICANA DE DERECHO CONSTITUCIONAL; 36; 181-197; português;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

OSMAR MENDES PAIXAO CORTES

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: A reclamação para os Tribunais Superiores no novo CPC, com as alterações da Lei 13.256/2016

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: OSMAR MENDES PAIXAO CORTES

Data da Publicação: 10/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A reclamação para os Tribunais Superiores no novo CPC, com as alterações da Lei 13.256/2016; 10/10/2016;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 257; 255-266; português;

Título: A reclamação no novo CPC - Fim das limitações impostas pelos Tribunais Superiores ao cabimento?

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: OSMAR MENDES PAIXAO CORTES

Data da Publicação: 05/10/2015

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A reclamação no novo CPC - Fim das limitações impostas pelos Tribunais Superiores ao cabimento?; 05/10/2015; Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 244; 347-358; português;

Título: A objetivação do processo e o ativismo judicial no contexto do pós-positivismo

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: OSMAR MENDES PAIXAO CORTES

Data da Publicação: 03/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A objetivação do processo e o ativismo judicial no contexto do pós-positivismo; 03/10/2016; Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 251; 321-338; português;

Título: Resenha à obra Recursos especiais repetitivos, de André Macedo de Oliveira

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: OSMAR MENDES PAIXAO CORTES

Data da Publicação: 19/10/2015

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Resenha à obra Recursos especiais repetitivos, de André Macedo de Oliveira; 19/10/2015; Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 245; 619-620; português;

Título: A consolidação da "objetivação" no novo Código de Processo Civil

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: OSMAR MENDES PAIXAO CORTES

Data da Publicação: 11/10/2017

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A consolidação da "objetivação" no novo Código de Processo Civil; 11/10/2017; Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 265; 179-189; português;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

JULIA MAURMANN XIMENES	Currículo Lattes	PERMANENTE
Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO		
Tipo: BIBLIOGRÁFICA		
Título: Judicialização do benefício de prestação continuada e efeitos simbólicos na cidadania	Destaque*: NÃO	
ISSN - Título: (2317-2150) PENSAR - REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	Qualis: A1	
Autor: JULIA MAURMANN XIMENES	Data da Publicação: 17/10/2016	
Coautor(es): -		

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Judicialização do benefício de prestação continuada e efeitos simbólicos na cidadania; 17/10/2016; Não; Completo; (2317-2150) PENSAR - REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS; 21; 600-625; português;

Título: E QUANDO A VÍTIMA É A MULHER? Uma análise crítica do discurso das principais obras de direito penal e a violência simbólica no tratamento das mulheres vítimas de crimes contra a dignidade sexual

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1415-5400) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

Qualis: A1

Autor: JULIA MAURMANN XIMENES

Data da Publicação: 03/10/2017

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; E QUANDO A VÍTIMA É A MULHER? Uma análise crítica do discurso das principais obras de direito penal e a violência simbólica no tratamento das mulheres vítimas de crimes contra a dignidade sexual; 03/10/2017; Não; Completo; (1415-5400) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS; 130; português;

Título: A tensão entre juridicização e judicialização do direito à Educação Superior

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1983-9286) PRISMA JURÍDICO (ONLINE)

Qualis: B1

Autor: JULIA MAURMANN XIMENES

Data da Publicação: 10/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A tensão entre juridicização e judicialização do direito à Educação Superior; 10/10/2016; Não; Completo; (1983-9286) PRISMA JURÍDICO (ONLINE); 15; 125-152; português;

Título: Diálogos Institucionais e impacto orçamentário da judicialização das políticas públicas

Destaque*: NÃO

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

ISSN - Título: (2317-3580) REVISTA THESIS JURIS

Qualis: B1

Autor: JULIA MAURMANN XIMENES

Data da Publicação: 25/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Diálogos Institucionais e impacto orçamentário da judicialização das políticas públicas; 25/10/2016; Não; Completo; (2317-3580) REVISTA THESIS JURIS; 5; 808-831; português;

Título: O Poder Judiciário e o acesso ao ensino superior segundo as teorias substancialista e procedimentalista da Constituição

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2318-8650) REVISTA PARADIGMA

Qualis: B1

Autor: JULIA MAURMANN XIMENES

Data da Publicação: 10/10/2016

Coautor(es): A. M. Araújo

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; O Poder Judiciário e o acesso ao ensino superior segundo as teorias substancialista e procedimentalista da Constituição; 10/10/2016; Não; Completo; (2318-8650) REVISTA PARADIGMA; 25; 62-82; português;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

CAROLINA COSTA FERREIRA

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: LIVRO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: A política criminal no processo legislativo

Destaque*: NÃO

Autor: CAROLINA COSTA FERREIRA

Data da Publicação: 30/08/2017

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; LIVRO; A política criminal no processo legislativo; 30/08/2017; Não; D'Plácido; Idioma Nacional;

Título: Discursos do sistema penal: a seletividade no julgamento de crimes de furto, roubo e peculato nos Tribunais Regionais Federais do Brasil.

Destaque*: NÃO

Autor: CAROLINA COSTA FERREIRA

Data da Publicação: 06/11/2013

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; LIVRO; Discursos do sistema penal: a seletividade no julgamento de crimes de furto, roubo e peculato nos Tribunais Regionais Federais do Brasil.; 06/11/2013; Não; CRV; Idioma Nacional;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Os caminhos das criminologias críticas: uma revisão bibliográfica

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2526-0065) REVISTA DE CRIMINOLOGIAS E POLITICAS CRIMINAIS (ONLINE)

Qualis:

Autor: CAROLINA COSTA FERREIRA

Data da Publicação: 04/10/2017

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Os caminhos das criminologias críticas: uma revisão bibliográfica; 04/10/2017; Não; Completo; (2526-0065) REVISTA DE CRIMINOLOGIAS E POLITICAS CRIMINAIS (ONLINE); 2; português;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Título: O Estudo de Impacto Legislativo como possível estratégia de contenção do encarceramento em massa no Brasil

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1415-5400) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

Qualis: A1

Autor: CAROLINA COSTA FERREIRA

Data da Publicação: 20/10/2017

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; O Estudo de Impacto Legislativo como possível estratégia de contenção do encarceramento em massa no Brasil; 20/10/2017; Não; Completo; (1415-5400) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS; 129; 137-180; português;

Título: Audiências de custódia: instituto de descarcerização ou de reafirmação de estereótipos? | Custody hearings: institute of downcarcerization or reaffirmation of stereotypes?

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1413-7038) JUSTIÇA DO DIREITO (UPF)

Qualis: A1

Autor: CAROLINA COSTA FERREIRA

Data da Publicação: 02/08/2017

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Audiências de custódia: instituto de descarcerização ou de reafirmação de estereótipos? | Custody hearings: institute of downcarcerization or reaffirmation of stereotypes?; 02/08/2017; Não; Completo; (1413-7038) JUSTIÇA DO DIREITO (UPF); 31; 2; 279-303; português; <http://dx.doi.org/10.5335/rjd.v31i2.7153>;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

FABIO LIMA QUINTAS

Currículo Lattes

PERMANENTE

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: A noção de serviço público: do arrê Blanco à ADPF 46

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE)

Qualis: A1

Autor: FABIO LIMA QUINTAS

Data da Publicação: 01/01/2015

Coautor(es): SÉRGIO ANTÔNIO FERREIRA VICTOR

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A noção de serviço público: do arrê Blanco à ADPF 46; 01/01/2015; Não; Completo; (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE); 12; 76-98; Português;

Título: Para que um novo Código de Processo Civil? Uma reflexão sobre os novos contornos da função jurisdicional

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO

Qualis: B1

Autor: FABIO LIMA QUINTAS

Data da Publicação: 14/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Para que um novo Código de Processo Civil? Uma reflexão sobre os novos contornos da função jurisdicional; 14/10/2016; Não; Completo; (0100-1981) REVISTA DE PROCESSO; 256; português;

Título: Juízes-Administradores: a intervenção judicial na efetivação dos direitos sociais

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0034-835X) REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Qualis: A2

Autor: FABIO LIMA QUINTAS

Data da Publicação: 14/10/2016

Coautor(es): -

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Juízes-Administradores: a intervenção judicial na efetivação dos direitos sociais; 14/10/2016; Não; Completo; (0034-835X) REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA; 53; 31-51; português;

Título: A doação de alimentos perecíveis apreendidos durante processo eleitoral: critérios para enfrentar a antinomia entre a salvaguarda da igualdade no processo eleitoral e o dever de o estado prover de forma eficiente bens públicos

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1982-4858) REVISTA JURÍDICA (FURB. ONLINE)

Qualis: B1

Autor: FABIO LIMA QUINTAS

Data da Publicação: 02/05/2016

Coautor(es): Wagner Akitomi Une

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A doação de alimentos perecíveis apreendidos durante processo eleitoral: critérios para enfrentar a antinomia entre a salvaguarda da igualdade no processo eleitoral e o dever de o estado prover de forma eficiente bens públicos; 02/05/2016; Não; Completo; (1982-4858) REVISTA JURÍDICA (FURB. ONLINE); 20; 141-166; Português; <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/5990/3422>;

Título: CIDADANIA, ESTADO E SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1808-2432) REVISTA DIREITO GV

Qualis: A1

Autor: FABIO LIMA QUINTAS

Data da Publicação: 29/01/2014

Coautor(es):

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; CIDADANIA, ESTADO E SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL; 29/01/2014; Não; Completo; (1808-2432) REVISTA DIREITO GV; 10; 2; 417-440; Inglês; [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=1808-2432&lng=pt&nrm=iso]; 10.1590/1808-2432201417;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Diálogos entre o Código de Defesa do Consumidor e a legislação educacional: uma análise a partir de cursos e instituições 'piratas' **Destaque*:** NÃO

ISSN - Título: (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Qualis: A2

Autor: LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 10/10/2016

Coautor(es): João Paulo Bachur

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Diálogos entre o Código de Defesa do Consumidor e a legislação educacional: uma análise a partir de cursos e instituições 'piratas'; 10/10/2016; Não; Completo; (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR; 108; 355-373; português;

Título: Perspectivas e Desafios do novo Marco legal de Ciência, Tecnologia e Inovação: um comentário à Lei nº 13.243/2016

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Qualis: A2

Autor: LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 10/10/2016

Coautor(es): Claudia Lima Marques

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Perspectivas e Desafios do novo Marco legal de Ciência, Tecnologia e Inovação: um comentário à Lei nº 13.243/2016; 10/10/2016; Não; Completo; (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR; 105; 549-572; português;

Título: O Diálogo entre o Marco Civil da Internet e o Código de Defesa do Consumidor **Destaque*:** NÃO

ISSN - Título: (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Qualis: A2

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Autor: LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 12/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; O Diálogo entre o Marco Civil da Internet e o Código de Defesa do Consumidor; 12/10/2016; Não; Completo; (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR; 106; 37-69; português;

Título: Marco Jurídico para a cidadania digital: uma análise do Projeto de Lei 5.276/2016

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2358-1433) REVISTA DE DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

Qualis: A2

Autor: LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 10/10/2016

Coautor(es): Danilo Doneda

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Marco Jurídico para a cidadania digital: uma análise do Projeto de Lei 5.276/2016; 10/10/2016; Não; Completo; (2358-1433) REVISTA DE DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO; 9; 35-48; português;

Título: A vulnerabilidade do consumidor quanto ao tratamento de dados pessoais

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Qualis: A2

Autor: LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 06/10/2015

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A vulnerabilidade do consumidor quanto ao tratamento de dados pessoais; 06/10/2015; Não; Completo; (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR; 102; 19-43; português;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

JOAO PAULO BACHUR

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Resignificación como categoría social: protesta y procedimiento en la teoría social de Niklas Luhmann

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0185-4186) ESTUDIOS SOCIOLÓGICOS

Qualis: A1

Autor: JOAO PAULO BACHUR

Data da Publicação: 02/09/2013

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Resignificación como categoría social: protesta y procedimiento en la teoría social de Niklas Luhmann; 02/09/2013; Não; Completo; (0185-4186) ESTUDIOS SOCIOLÓGICOS; 31; 657-689; Espanhol;

Título: O Estado de bem-estar em Hayek e Luhmann

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (0103-2070) TEMPO SOCIAL (USP. IMPRESSO)

Qualis: A1

Autor: JOAO PAULO BACHUR

Data da Publicação: 08/10/2013

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; O Estado de bem-estar em Hayek e Luhmann; 08/10/2013; Não; Completo; (0103-2070) TEMPO SOCIAL (USP. IMPRESSO); 25; 101-121; português;

Título: Assimetrias da antropologia simétrica de Bruno Latour

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1806-9053) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE) **Qualis:** A1

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Autor: JOAO PAULO BACHUR

Data da Publicação: 03/11/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Assimetrias da antropologia simétrica de Bruno Latour; 03/11/2016; Não; Completo; (1806-9053) REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE); 31; 92; 1-20; português; <http://dx.doi.org/10.17666/319209/2016>;

Título: Materialismo e materialidade do direito / Materialism and the Materiality of Law **Destaque*:** NÃO

ISSN - Título: (2179-8966) REVISTA DIREITO E PRÁXIS

Qualis: A1

Autor: JOAO PAULO BACHUR

Data da Publicação: 13/10/2014

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Materialismo e materialidade do direito / Materialism and the Materiality of Law; 13/10/2014; Não; Completo; (2179-8966) REVISTA DIREITO E PRÁXIS; 5; 386-421; português;

Título: Book Review: Marc Amstutz and Andreas Fischer-Lescano (eds), Kritische Systemtheorie: Zur Evolution einer normativen Theorie **Destaque*:** NÃO

ISSN - Título: (1461-7242) INTERNATIONAL SOCIOLOGY (ONLINE)

Qualis: A1

Autor: JOAO PAULO BACHUR

Data da Publicação: 13/10/2014

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Book Review: Marc Amstutz and Andreas Fischer-Lescano (eds), Kritische Systemtheorie: Zur Evolution einer normativen Theorie; 13/10/2014; Não; Completo; (1461-7242) INTERNATIONAL SOCIOLOGY (ONLINE); 29; 405-408; inglês; <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0268580914544433>;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: LIVRO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Curso de Direito Constitucional

Destaque*: NÃO

Autor: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Data da Publicação: 07/03/2016

Coautor(es): Gilmar Ferreira Mendes

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; LIVRO; Curso de Direito Constitucional; 07/03/2016; Não; Saraiva; Idioma Nacional;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Crônica da jurisprudência do Supremo Tribunal do Brasil em 2013

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1989-5585) ANUÁRIO IBEROAMERICANO DE JUSTICIA CONSTITUCIONAL.

Qualis: B4

Autor: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Data da Publicação: 16/10/2014

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Crônica da jurisprudência do Supremo Tribunal do Brasil em 2013; 16/10/2014; Não; Completo; (1989-5585)

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

ANUÁRIO IBEROAMERICANO DE JUSTICIA CONSTITUCIONAL.; 18; português;

Título: O Supremo Tribunal Federal brasileiro em 2015. Tendências jurisprudenciais

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1989-5585) ANUÁRIO IBEROAMERICANO DE JUSTICIA CONSTITUCIONAL.

Qualis: B4

Autor: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Data da Publicação: 11/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; O Supremo Tribunal Federal brasileiro em 2015. Tendências jurisprudenciais; 11/10/2016; Não; Completo; (1989-5585) ANUÁRIO IBEROAMERICANO DE JUSTICIA CONSTITUCIONAL.; 20; português;

Título: ATIVISMO JUDICIAL E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA DO ADOLESCENTE INFRATOR ? ANÁLISE DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO HC 122.072/2014

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2237-583X) REVISTA DE DIREITO BRASILEIRA - RDBRAS

Qualis: A1

Autor: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Data da Publicação: 17/10/2016

Coautor(es): Soraia Priscila Plachi, Soraia Da Rosa Mendes

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; ATIVISMO JUDICIAL E A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA DO ADOLESCENTE INFRATOR ? ANÁLISE DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO HC 122.072/2014; 17/10/2016; Não; Completo; (2237-583X) REVISTA DE DIREITO BRASILEIRA - RDBRAS; 14; 186-199; português;

Título: O Supremo Tribunal Federal em 2014. Tendências jurisprudenciais

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1989-5585) ANUÁRIO IBEROAMERICANO DE JUSTICIA

Qualis: B4

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

CONSTITUCIONAL.

Autor: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Data da Publicação: 29/10/2015

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; O Supremo Tribunal Federal em 2014. Tendências jurisprudenciais; 29/10/2015; Não; Completo; (1989-5585) ANUÁRIO IBEROAMERICANO DE JUSTICIA CONSTITUCIONAL.; 19; português;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

GILMAR FERREIRA MENDES

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: LIVRO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade

Destaque*: NÃO

Autor: GILMAR FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 11/10/2012

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; LIVRO; Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade; 11/10/2012; Não; Saraiva; Idioma Nacional;

Título: Mandado de Segurança e Ações Constitucionais

Destaque*: NÃO

Autor: GILMAR FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 13/10/2014

Coautor(es): Hely Lopes Meirelles

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; LIVRO; Mandado de Segurança e Ações Constitucionais; 13/10/2014; Não; Malheiros; Idioma Nacional;

Título: Curso de Direito Constitucional

Destaque*: NÃO

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Autor: GILMAR FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 03/10/2016

Coautor(es): Paulo Gustavo Gonet Branco

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; LIVRO; Curso de Direito Constitucional; 03/10/2016; Não; Saraiva; Idioma Nacional;

Título: Estado de Direito e Jurisdição Constitucional - 2002/2010

Destaque*: NÃO

Autor: GILMAR FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 15/10/2012

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; LIVRO; Estado de Direito e Jurisdição Constitucional - 2002/2010; 15/10/2012; Não; Saraiva; Idioma Nacional;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: A Influência de Peter Häberle no Constitucionalismo Brasileiro

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2447-5467) REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS

Qualis: B1

Autor: GILMAR FERREIRA MENDES

Data da Publicação: 11/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A Influência de Peter Häberle no Constitucionalismo Brasileiro; 11/10/2016; Não; Completo; (2447-5467) REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS; 2; português;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: LIVRO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Presidencialismo de Coalizão: exame do atual sistema de governo brasileiro

Destaque*: NÃO

Autor: SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR

Data da Publicação: 05/03/2015

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; LIVRO; Presidencialismo de Coalizão: exame do atual sistema de governo brasileiro; 05/03/2015; Não; Saraiva; Idioma Nacional;

Título: Diálogo Institucional e Controle de Constitucionalidade: Debate entre o STF e o Congresso Nacional.

Destaque*: NÃO

Autor: SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR

Data da Publicação: 02/03/2015

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; LIVRO; Diálogo Institucional e Controle de Constitucionalidade: Debate entre o STF e o Congresso Nacional.; 02/03/2015; Não; Saraiva; Idioma Nacional;

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: A Dinâmica da Relação Entre Poder e Direito no Tridimensionalismo Jurídico de Miguel Reale

Destaque*: NÃO

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

ISSN - Título: (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE)

Qualis: A1

Autor: SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR

Data da Publicação: 20/10/2015

Coautor(es): F.L.QUINTAS

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A Dinâmica da Relação Entre Poder e Direito no Tridimensionalismo Jurídico de Miguel Reale; 20/10/2015; Não; Completo; (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE); 12; 97-108; português;

Título: Poder Executivo e sociedade civil.

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1676-8701) INTERESSE PÚBLICO (IMPRESSO)

Qualis: B1

Autor: SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR

Data da Publicação: 08/12/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Poder Executivo e sociedade civil.; 08/12/2016; Não; Completo; (1676-8701) INTERESSE PÚBLICO (IMPRESSO); 12; 100; 89-101; Português; <http://www.editoraforum.com.br/ef/index.php/publicacoes/periodicos/listar-periodicos/revista-interesse-publico/?conteudo=246209>;

Título: A noção de serviço público: do arrê Blanco à ADPF 46

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE)

Qualis: A1

Autor: SERGIO ANTONIO FERREIRA VICTOR

Data da Publicação: 05/10/2015

Coautor(es): F.L.QUINTAS

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; A noção de serviço público: do arrê Blanco à ADPF 46; 05/10/2015; Não; Completo; (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE); 12; 76-98; português;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.

ROBERTO FREITAS FILHO

Currículo Lattes

PERMANENTE

Naturaza: ARTIGO EM PERIÓDICO

Tipo: BIBLIOGRÁFICA

Título: Direito fundamental à saúde no SUS e demora no atendimento em cirurgias eletivas

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE)

Qualis: A1

Autor: ROBERTO FREITAS FILHO

Data da Publicação: 03/10/2016

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Direito fundamental à saúde no SUS e demora no atendimento em cirurgias eletivas; 03/10/2016; Não; Completo; (1806-8200) DIREITO PÚBLICO (PORTO ALEGRE); 67; 70-102; Português;

Título: Direitos fundamentais, direito do consumidor e igualdade: o caso dos rolezinhos **Destaque*:** NÃO

ISSN - Título: (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Qualis: A2

Autor: ROBERTO FREITAS FILHO

Data da Publicação: 11/05/2017

Coautor(es): José Pedro Brito da Costa

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Direitos fundamentais, direito do consumidor e igualdade: o caso dos rolezinhos; 11/05/2017; Não; Completo; (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR; 112; 1-30; português;

Título: Financiamento Cultural: uma visão de princípios

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1415-4765) TEXTO PARA DISCUSSÃO (IPEA. BRASÍLIA)

Qualis: B1

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

Autor: ROBERTO FREITAS FILHO

Data da Publicação: 13/10/2015

Coautor(es): F.A.B. SILVA

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Financiamento Cultural: uma visão de princípios; 13/10/2015; Não; Completo; (1415-4765) TEXTO PARA DISCUSSÃO (IPEA. BRASÍLIA); 1; 1-46; português;

Título: O judiciário cordial, a violência e a corrupção na América Latina

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (2359-5299) REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS AVANÇADAS DO TERCEIRO SETOR

Qualis: B1

Autor: ROBERTO FREITAS FILHO

Data da Publicação: 11/10/2017

Coautor(es): -

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; O judiciário cordial, a violência e a corrupção na América Latina; 11/10/2017; Não; Completo; (2359-5299) REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS AVANÇADAS DO TERCEIRO SETOR; 4; 342-368; Português;

Título: Indenização por dano extrapatrimonial com função punitiva no direito do consumidor.

Destaque*: NÃO

ISSN - Título: (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Qualis: A2

Autor: ROBERTO FREITAS FILHO

Data da Publicação: 09/10/2013

Coautor(es): T. M. Lima

Complemento: BIBLIOGRÁFICA; ARTIGO EM PERIÓDICO; Indenização por dano extrapatrimonial com função punitiva no direito do consumidor.; 09/10/2013; Não; Completo; (1415-7705) REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR; 87; 1-20; Português; <http://brasilcon.org.br/revista/>;

Dados da Proposta de Programa/Curso Novo

Número/Ano: 393/2017

Instituição de Ensino: INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO

Nome do Programa: Direito Constitucional

Área de Avaliação: DIREITO

Modalidade: ACADÊMICO

Última Situação: Proposta Recomendada

Proposta em Associação?: NÃO

Área Básica: DIREITO CONSTITUCIONAL

Nível(eis): Doutorado

Data Última Situação: 17/12/2018

*Informação não solicitada para propostas enviadas a partir de 2017.